

§ 2º Fica designado como pregoeiro substituto o servidor indicado no inciso II, alínea a), deste artigo, o qual desempenhará as atividades de estilo do pregoeiro em suas ausências ou impedimentos legais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar do dia 22 de abril de 2025, para os incisos atualizados por este ato normativo.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

Márcia Rocha de Oliveira Francelino

Superintendente Estadual de Compras e Licitações (SUPEL/RO)

Protocolo 0059486079

Portaria nº 57 de 23 de abril de 2025

Reformula as equipes de licitações e designa servidores para compor a Comissão de Segurança Pública, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO.

A SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais e regimentais previstas nos termos do art. 5º, inciso V, do Decreto nº 27.948, de 01 de março de 2023 e do art. 43 da Lei Complementar n. 965, de 20 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO a Portaria (Id. 0059409693) que institui a Comissão de Segurança Pública, no âmbito da Superintendência de Compras e Licitações do Estado de Rondônia - SUPEL/RO, com objetivo de aplicar celeridade e eficiência na tramitação de processos de compras públicas; e

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional das atividades relacionadas à condução de certames no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL,

RESOLVE:

Art. 1º Reformular no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) a Equipe de Licitação (SUPEL-ALFA), instituída para atuação interna no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações, passando a se chamar Comissão de Segurança Pública (SUPEL-COSEG) e designa os servidores abaixo relacionados para sua composição:

I - Agente de contratação:

a) Camila Caroline Rocha Peres, matrícula n.º *****454.

II - Equipe de Apoio:

a) Matheus Breves Chixaro Lobo, matrícula n.º *****032; e

b) Ingrid Tainara Xavier Pedroza, matrícula n.º *****608.

§ 1º A servidora indicada no inciso I, alínea a), atuará como pregoeira, sempre que a modalidade de licitação escolhida for pregão eletrônico, conforme previsto no art. 8º, § 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º Fica designado como pregoeiro substituto o servidor indicado no inciso II, alínea a), deste artigo, o qual desempenhará as atividades de estilo do pregoeiro em suas ausências ou impedimentos legais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar do dia 22 de abril de 2025, para os incisos atualizados por este ato normativo.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

Márcia Rocha de Oliveira Francelino

Superintendente Estadual de Compras e Licitações (SUPEL/RO)

Protocolo 0059486308

Portaria nº 58 de 23 de abril de 2025

Reformula as equipes de licitações e designa servidores para compor a Comissão de Obras, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO.

A SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais e regimentais previstas nos termos do art. 5º, inciso V, do Decreto nº 27.948, de 01 de março de 2023 e do art. 43 da Lei Complementar n. 965, de 20 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO a Portaria (Id. 0059409693) que institui a Comissão de Obras, no âmbito da Superintendência de Compras e Licitações do Estado de Rondônia - SUPEL/RO, com objetivo de aplicar celeridade e eficiência na tramitação de processos de compras públicas; e

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional das atividades relacionadas à condução de certames no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL,

RESOLVE:

Art. 1º Reformular no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) a Equipe de Licitação (SUPEL-CPLO), instituída para atuação interna no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações, passando a se chamar Comissão de Obras (SUPEL-COBR) e designa os servidores abaixo relacionados para sua composição:

I - Agente de contratação:

a) Eralda Etra Maria Lessa, matrícula n.º *****483.

II - Equipe de Apoio:

a) Johnnescley Anes de Moraes, matrícula n.º *****669;

b) Roberta Arroio, matrícula n.º *****701;

c) Nadiane da Costa Laia, matrícula n.º *****769; e

d) Guilherme Guimarães dos Santos Ferreira, matrícula n.º *****004.

§ 1º A servidora indicada no inciso I, alínea a), atuará como pregoeira, sempre que a modalidade de licitação escolhida for pregão eletrônico, conforme previsto no art. 8º, § 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º Fica designado como pregoeiro substituto o servidor indicado no inciso II, alínea a), deste artigo, o qual desempenhará as atividades de estilo do pregoeiro em suas ausências ou impedimentos legais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar do dia 22 de abril de 2025, para os incisos atualizados por este ato normativo.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

Márcia Rocha de Oliveira Francelino

Superintendente Estadual de Compras e Licitações (SUPEL/RO)

Protocolo 0059486375

Portaria nº 59 de 23 de abril de 2025

Reformula as equipes de licitações e designa servidores para compor a Comissão Especial de Licitações, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO.

A SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais e regimentais previstas nos termos do art. 5º, inciso V, do Decreto nº 27.948, de 01 de março de 2023 e do art. 43 da Lei Complementar n. 965, de 20 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO a Portaria (Id. 0059409693) que institui a Comissão Especial de Licitações, no âmbito da Superintendência de Compras e Licitações do Estado de Rondônia - SUPEL/RO, com objetivo de aplicar celeridade e eficiência na tramitação de processos de compras públicas; e

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional das atividades relacionadas à condução de certames no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL,

RESOLVE:

Art. 1º Reformular no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) a Equipe de Licitação (SUPEL-CEL), instituída para atuação interna no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações, passando a se chamar Comissão Especial de Licitações (SUPEL-COESP) e designa os servidores abaixo relacionados para sua composição:

I - Agente de contratação:

a) Bruna Gonçalves Apolinário, matrícula n.º *****033.

II - Equipe de Apoio:

a) Letícia Helen Almeida Ferreira, matrícula n.º *****088;

b) Charles Cunha Menezes Júnior, matrícula n.º *****795; e

c) Marina Sampaio Mouzinho Borges, matrícula n.º *****500.

§ 1º A servidora indicada no inciso I, alínea a), atuará como pregoeira, sempre que a modalidade de licitação escolhida for pregão eletrônico, conforme previsto no art. 8º, § 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º Fica designada como pregoeira substituta a servidor indicado no inciso II, alínea a), deste artigo, o qual desempenhará as atividades de estilo do pregoeiro em suas ausências ou impedimentos legais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar do dia 22 de abril de 2025, para os incisos atualizados por este ato normativo.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

Márcia Rocha de Oliveira Francelino

Superintendente Estadual de Compras e Licitações (SUPEL/RO)

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 90354/2024/SUPEL/RO

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, através da Comissão de Obras – COOBR/SUPEL/RO, nomeada pela **Portaria nº. 58 de 23 de abril de 2025**, torna público ao conhecimento dos interessados que encontra-se autorizada, a realização do certame, regida pela Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e suas alterações, Decreto nº 28.874/2024, Lei Complementar nº. 123/06 e alterações e pelas demais normas legais e regulamentares aplicáveis à espécie, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, no regime de empreitada por **PREÇO GLOBAL**, do tipo **MENOR PREÇO**, modo de disputa **ABERTO**, na forma de execução **INDIRETA**, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção da proposta mais vantajosa, conforme condições e exigências contidas neste Edital e seus anexos consignando o que se segue:

CONCORRÊNCIA Nº.: 90354/2024/SUPEL/RO

AUTORIZAÇÃO PROCESSO Nº.: 0037.002359/2024-80/SESDEC/RO

OBJETO: Construção do Centro de Treinamento para as Forças de Segurança Pública "Capitão Sílvio" no município de Ariquemes, Rondônia.

PROJETO/ATIVIDADE: 2166.1381 – **FONTE:** 1.713.0.00001 e 2.713.0.00001. – **ELEMENTO DE DESPESA:** 4.4.90.51.

VALOR ESTIMADO: 5.171.266,36 (cinco milhões, cento e setenta e um mil, duzentos e sessenta e seis reais e trinta e seis centavos).

RECEBIMENTOS DAS PROPOSTAS: até o dia 12 de agosto de 2025, às 09h59m (horário oficial de Brasília).

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 12 de agosto de 2025, às 10h (horário oficial de Brasília).

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: eletronicamente através da plataforma de licitações COMPRASGOV, endereço eletrônico www.gov.br/compras.

UASG: 925373

CONTRATAÇÃO PREFERENCIALMENTE ME/EPP: NÃO

RETIRADA DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO: O Edital, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico – Financeiro, Os Cadastros Técnicos (Memorial Descritivo/Projetos Executivos), referente à obra e demais atos convocatórios encontram-se disponíveis para conhecimento e retirada dos interessados no site da SUPEL endereço eletrônico www.rondonia.ro.gov.br/supel e no site do COMPRASGOV (www.gov.br/compras). Outras informações através do e-mail: coobr@supel.ro.gov.br, bem como presencialmente na sede da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, sito a Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira – Ed. Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO – Fone: (69) 3212-9243.

Porto Velho/RO, 27 de junho de 2025.

ERALDA ETRA MARIA LESSA

Presidente da Comissão de Obras - COOBR/SUPEL/RO

CONCORRÊNCIA Nº 90354/2024

OBJETO: Construção do Centro de Treinamento para as Forças de Segurança Pública "Capitão Sílvia" no município de Ariquemes, Rondônia.

CONCORRÊNCIA Nº 035/2024/SUPEL/RO

PREÂMBULO

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, através da Comissão de Obras – COOBR/SUPEL/RO, nomeada pela **Portaria nº. 58 de 23 de abril de 2025**, regido pela Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e suas alterações, Decreto nº 28.874/2024, Lei Complementar nº. 123/06 e alterações e pelas demais normas legais, torna público ao conhecimento dos interessados que encontra-se autorizada, a realização do certame, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, no regime de empreitada por **PREÇO GLOBAL**, do tipo **MENOR PREÇO**, modo de disputa **ABERTO**, na forma de execução **INDIRETA**, com sessão de abertura de recebimento das propostas marcada para o dia **12 de agosto de 2025**, às **10h** (horário oficial de Brasília), realizada através da plataforma de licitações COMPRASGOV, endereço eletrônico www.gov.br/compras. Tem por finalidade a seleção de propostas e qualificação de empresas visando a obra **Construção do Centro de Treinamento para as Forças de Segurança Pública "Capitão Sílvia"** no município de Ariquemes, Rondônia., especificados neste Edital, de conformidade com as peças que a compõem, para atender a **Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania – SESDEC**.

1. DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO

1.1. Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada através do **Processo Administrativo Nº 0037.002359/2024-80/SESDEC/RO**, e destina-se a garantir os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

2. DA AQUISIÇÃO E RETIRADA DO EDITAL E DEMAIS ANEXOS

2.1. O Edital, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico – Financeiro, Os Cadastros Técnicos (Memorial Descritivo/Projetos Executivos), referente à obra e demais atos convocatórios encontram-se disponíveis para conhecimento e retirada dos interessados no site da SUPEL endereço eletrônico www.rondonia.ro.gov.br/supel e no site do COMPRASGOV www.gov.br/compras.

2.1.1. Caso não seja possível o acesso aos arquivos por meio do portal da SUPEL, bem como por meio do portal do COMPRASGOV, os licitantes poderão obter os projetos, em dias úteis, das 07h30min às 13h30min, junto a Comissão de Contratação de Obras, situado a Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO – Fone: (69) 3212-9243. Outras informações através do e-mail: coobr@supel.ro.gov.br.

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários para a execução das obras licitadas, são provenientes de recursos consignados no orçamento da **Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC**, no valor global de **R\$ 5.171.266,36 (cinco milhões, cento e setenta e um mil, duzentos e sessenta e seis reais e trinta e seis centavos)**, sendo que a despesa correrá por conta da seguinte programação: **5.171.266,36 (cinco milhões, cento e setenta e um mil, duzentos e sessenta e seis reais e trinta e seis centavos)**, no Projeto/Atividade: **2158.1621 e 2158.1623**, Fonte de Recurso: **1.713.0.00001/2.713.0.00001** e Elemento de Despesa: **4.4.90.51**, no decorrer do exercício, já consignado no Orçamento da **Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC**, no exercício de **2025**.

4. DO VALOR ESTIMADO

4.1. O Valor máximo que o ESTADO DE RONDÔNIA se propõe a pagar pela Obra, é de R\$ **5.171.266,36 (cinco milhões, cento e setenta e um mil, duzentos e sessenta e seis reais e trinta e seis centavos)**, onde os preços máximos serão aqueles consignados na planilha orçamentária, parte integrante deste edital, sob pena de desclassificação da proposta.

5. DO OBJETO

5.1. Constitui objeto desta licitação a **Construção do Centro de Treinamento para as Forças de Segurança Pública "Capitão Sílvia" no município de Ariquemes, Rondônia**, conforme especificações constantes do Projeto Básico.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar desta CONCORRÊNCIA os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

6.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados, inobservância que poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6.3. Não poderão disputar esta licitação, direta ou indiretamente:

- a)** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b)** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de penalidade que lhe foi imposta de:
- c)** Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;
- d)** Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;
- d.1)** Será realizada pesquisa junto ao CEIS (CGU), junto ao CNJ (Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa) e no Portal Transparência (www.portaltransparencia.gov.br/cnep), para aferição de eventuais registros impeditivos de participar de Licitações ou de celebrar Contratos com a Administração Pública;
- e)** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;
- f)** Aquele que se enquadre no disposto no art. 14, da Lei n. 14.133, de 2021;
- g)** Agente público do órgão, agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, conforme §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4. Da participação de Consórcios:

6.4.1. Tendo em vista que, é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas,

conforme se depreende da literalidade do texto da Lei Federal nº 14.133/21, art. 15 e, ainda, o entendimento do Acórdão TCU nº 1316/2010, que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios nas licitações por ela promovidas, fica vedada a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio, sendo que neste caso o objeto a ser licitado não envolve questões de alta complexidade técnica, ao ponto de haver necessidade de parcelamento do objeto, através da união de esforços, conforme item 8 do Projeto Básico.

6.5. Da participação de empresas de cooperativas:

Embora a Lei nº 14.133/2021 traga a possibilidade de participação de empresas organizadas sob a forma de cooperativas em licitações, é imperativo que essas entidades cumpram rigorosamente as disposições legais vigentes. Conforme preceitua o art. 16 da referida lei:

Art. 16. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

Todavia, considerando a natureza do objeto licitatório em questão, que envolve a contratação de empresa especializada em Obras e Serviços de Engenharia, faz-se necessário **restringir** a participação de cooperativas. Esta medida visa evitar possíveis distorções no vínculo empregatício que a execução do contrato poderia demandar, conforme já observado em termos de conciliação judicial firmados entre o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Advocacia Geral da União (AGU).

7. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1. Na forma do Art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo atentar às regras estabelecidas no regramento específico citado.

7.2. Para obtenção de benefícios a que se refere este item, a licitante deverá apresentar:

- a) Declaração, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021;

“Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I – No caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);

II – No caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).”

- b) Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, neste Edital e em normas correlatas.

8. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

8.1. Até 03 (três) dias úteis que anteceder a abertura da sessão pública, qualquer pessoa e licitante poderá solicitar ESCLARECIMENTOS, PROVIDÊNCIAS OU IMPUGNAR o instrumento convocatório deste Edital, devendo o licitante mencionar o número da CONCORRÊNCIA, o ano e o número do processo licitatório, manifestando-se **PREFERENCIALMENTE** via e-mail: coobr@supel.ro.gov.br (ao transmitir o e-mail, o mesmo deverá ser confirmado o recebimento pela Comissão de Obras, pelo telefone (069) 3212-9243, para não tornar sem efeito), ou ainda, protocolar o original junto a sede desta Superintendência, no horário das 07h30min às 13h30min, de segunda-feira à sexta-feira, situada na Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira – Edifício Rio Pacaás Novos – 2º Andar, CEP 76.801-470, Porto Velho/RO.

8.2. A decisão da Presidente quanto a impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site www.gov.br/compras, sendo necessariamente divulgado em sítio eletrônico oficial (www.rondonia.ro.gov.br/supel) no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pela Presidente, na forma do art. 164, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

8.3. Caso seja acolhida a impugnação contra o Ato Convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

8.4. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública da licitação, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

8.5. A impugnação feita tempestivamente pelo proponente/licitante não o impedirá de participar do certame.

9. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO

9.1. A CONCORRÊNCIA será realizada em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

9.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação nesta CONCORRÊNCIA deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do Portal de Compras do Governo Federal COMPRASGOV (www.gov.br/compras).

9.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Estado de Rondônia, ao

provedor do sistema ou a SUPEL/RO, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

9.4. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes a CONCORRÊNCIA.

9.5. A participação na CONCORRÊNCIA se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.

9.6. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

9.7. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

a) Condições de participação:

a.1) Ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordando com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

a.2) Declaração que a proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

b) Declarações para fins de habilitação:

b.1) De que atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.

b.2) Inexiste impedimento à habilitação e comunica a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

b.3) De que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

b.4) Ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

b.5) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

c) Declarações de cumprimento à legislação trabalhista:

c.1) De que observa os incisos III e IV do art. 1º e cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

c.2) De que cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

d) Profissionais organizados sob a forma de cooperativa:

d.1) De que participa da licitação sob a forma de cooperativa, que atende ao disposto no art. 16 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

9.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

10. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1. A participação na Concorrência dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do Licitante a partir da data da liberação do Edital, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, devendo ser encaminhado, exclusivamente por meio do sistema, a proposta de preço e os documentos de habilitação em suas respectivas etapas, conforme exigências do Edital.

10.2. Os envios da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerão por meio de chave de acesso e senha intransferíveis.

10.3. Quando for o caso, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

10.3.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua regularização pelo licitante, prorrogável por igual período, com início no dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.

10.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

10.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

10.7. Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Comissão de Obras e para acesso público após o encerramento do envio de lances, bem como a documentação referente a habilitação do licitante classificado será disponibilizada ao encerramento da fase de habilitação.

10.8. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, se houver, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento das respectivas fases no prazo definido pela Comissão de Obras, de no mínimo 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado.

10.9. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.9.1. Nestes casos, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação da Comissão de Obras, via sistema.

10.10. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.11. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.12. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Comissão de Obras suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.13. Será realizada a consulta Consolidada de Pessoa Jurídica através do portal <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>, comprovando que a empresa não foi declarada inidônea ou não se encontra suspensa de licitar ou contratar com a administração pública estadual.

10.14. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.15. O licitante poderá sofrer sanções caso não apresente a documentação exigida para o certame, nos termos do art. 155, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

11. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

11.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

11.1.1. Valor **global** do item ou do lote (se for o caso);

11.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Projeto Básico, indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de garantia etc.

11.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.

11.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

11.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

11.5. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

11.6. No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma da CONCORRÊNCIA, deverá ser considerado o descritivo do Edital.

12. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** na respectiva fase, contendo a Carta de Apresentação dos Documentos de Habilitação, devidamente assinada pelo representante legal (ANEXO VII) a seguir informada:

12.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

12.1.1. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldomicroempreendedor.gov.br/>;

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO –Fone: (69) 3212-9243.

12.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e última alteração (se houver) em vigor, devidamente registrado, onde se possa identificar o administrador, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;

12.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

12.1.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

12.1.5. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

12.1.6. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP- P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, conforme Decreto nº 11.802/2023;

12.1.7. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.

12.1.8. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

12.1.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

12.1.10. Declaração do licitante de que, caso seja vencedor, contratará pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos nos termos do Decreto nº 25.783, de 1º de fevereiro de 2021, que regulamenta a Lei Estadual nº 2.134, de 23 de julho de 2009 (**ANEXO XIII** e **ANEXO XIV**), acompanhada de declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, que dispõe acerca de pessoas aptas à execução de trabalho.

12.2. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, através do cartão do CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

c) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual;

d) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

e) Prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT;

g) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica através do portal <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>, comprovando que a empresa não foi declarada inidônea ou não se encontra suspensa de licitar ou contratar com a administração pública estadual.

12.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA.

12.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor central do Fórum da sede da empresa Licitante, com data não anterior a 90 (noventa) dias antes da data de apresentação dos documentos de habilitação quando não determinado no corpo da certidão.

12.3.1.1 Será permitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentem plano de recuperação devidamente homologado pelo Juízo competente, em conformidade com a Orientação Administrativa 02 da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia (Portaria nº 346 de 30 de julho de 2024). A documentação comprobatória deverá ser anexada à proposta, sob pena de inabilitação.

12.3.2. Para comprovar a boa situação financeira da LICITANTE, essa deverá apresentar o BALANÇO PATRIMONIAL com demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

12.3.2.1. Os documentos retromencionados limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

12.3.3. Com base nos dados constantes no BALANÇO PATRIMONIAL apresentado, a Comissão de Contratação de Obras verificará se a licitante atende aos seguintes requisitos:

- a) A comprovação de boa situação financeira da empresa através dos Índices de Liquidez Geral (LG), e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser iguais ou maiores a 1,00 (um inteiro);
- b) A licitante deverá comprovar possuir, sob pena de inabilitação, possuir capital mínimo ou Patrimônio Líquido mínimo, igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado do edital, ou seja, no mínimo o valor de **R\$ 517.126,63 (quinhentos e dezessete mil, cento e vinte e seis reais e sessenta e três centavos)**.

12.3.4. As LICITANTES constituídas no exercício de 2025, para comprovar a sua boa situação financeira, com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o objeto da licitação, obedecidas às formalidades e exigências da lei, apresentarão BALANÇO PATRIMONIAL DE ABERTURA, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado, para que a Comissão de Obras, possa verificar se a licitante possui:

- a) Capital Social, de no mínimo a **R\$ 517.126,63 (quinhentos e dezessete mil, cento e vinte e seis reais e sessenta e três centavos)**, correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado para contratação, nos termos do art. 69, § 4º da Lei 14.133/21.

12.3.5. É facultada a Comissão de Obras usar da prerrogativa da realização de diligência prevista em lei, para fins de aferição dos compromissos assumidos pelo licitante que importem diminuição da

capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta, em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação, conforme § 3º do art. 69 da Lei 14.133/21.

12.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.4.1. Comprovação de registro ou inscrição da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), dentro de seu prazo de validade para abertura da presente licitação, observando as normas vigentes estabelecidas pelo Conselho de Engenharia e Agronomia – CREA, Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU/BR);

12.4.2. Apresentação do Acervo Técnico (CAT) do profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica – ART/CREA ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT/CAU, por **execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto da licitação**.

12.4.2.1. Capacidade Técnico-profissional: Execução, coordenação ou supervisão de serviço compatível com o objeto desta licitação, quais sejam conforme o projeto básico e seus anexos.

12.4.3. A comprovação de que o responsável técnico que responderá pela execução do objeto, pertence ao quadro da empresa, deverá ser comprovada através de uma das seguintes formas:

- a) Carteira de Trabalho;
- b) Certidão do CREA/CAU;
- c) Contrato social;
- d) Contrato de prestação de serviços;
- e) Contrato de Trabalho registrado na DRT;
- f) Termo, através do qual o profissional assuma a responsabilidade técnica pela obra ou serviço licitado e o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa, no caso de o objeto contratual vir a ser a esta adjudicada.

12.4.4. Atestado de Capacidade Técnica (ACT) em nome da licitante emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde comprove a execução de obra com características semelhante ao objeto da licitação, admitindo-se somatório de atestados sequenciais, mesmo que realizados em períodos distintos:

1ª ETAPA	UND	QTD
Execução de alvenaria de vedação de blocos cerâmicos	m²	336,05
Execução de revestimento cerâmico tipo porcelanato	m²	169,23
Execução de estrutura metálica	m²	137,16

2ª ETAPA	UND	QTD
Execução impermeabilização de superfície com manta asfáltica, duas camadas, inclusive aplicação de primer asfáltico	m²	230,07
Execução de pavimento em piso intertravado	m²	409,17
Execução piso em pedra assentado sobre argamassa	m²	118,18

- a) Os atestados serão aceitos somente quando houver a indicação do nº da ART e/ou RRT que lhe deu origem ou acompanhado do acervo técnico do profissional, referente ao atestado apresentado.
- b) Os atestados e os acervos apresentados pelas empresas deverão ser destacados os itens que comprovarão as exigências.
- c) No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, todos serão inabilitados.
- d) Relação explícita, bem como, declaração formal de disponibilidade das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da presente licitação, e, ainda, a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que atuarão na execução dos trabalhos (**ANEXO VIII** ou a critério da licitante).
- e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme preconiza o inciso IV do Art. 63. da Lei nº 14.133/2021.

12.5. DA VISITA TÉCNICA

12.5.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a licitante "poderá" visitar o local de execução dos serviços, para conhecer as peculiaridades da geografia, do solo, do clima e demais características do lugar de execução da obra, cuja comprovação será efetuada por declaração ou outro termo equivalente. Os custos que advierem dessas visitas serão arcados exclusivamente pela licitante, vetada sua computação no cálculo das planilhas de custo para elaboração de sua proposta.

12.5.1.1. A visita técnica deverá ser realizada com devido acompanhamento de um servidor designado pela SESDEC/RO para esse fim, com agendamento prévio pelo telefone (69) 3212-8526 de segunda à sexta-feira, das 8 h às 13h30; ou na Av. Farquar, 2986 - Bairro Pedrinhas, Complexo Rio Madeira, Curvo 2, 3º Andar - Porto Velho, Rondônia, CEP 76801-470.

12.5.1.2. A licitante deverá apresentar declaração de visita e conhecimento geral da logística do local da obra, assinada pelo Responsável Técnico e pelo Representante Legal da proponente.

12.5.1.3. A visita técnica servirá para que as empresas licitantes obtenham pleno conhecimento das condições e eventuais dificuldades para a sua execução, bem como obter todas as informações necessárias à formulação da sua proposta de preços.

12.5.1.4. A empresa licitante, a seu critério, poderá declinar da visita, sendo neste caso, necessário apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira.

12.6. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF e/ou CAGEFOR da SUPEL, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas;

12.6.1. Ressalvado os documentos possíveis de verificação conforme item 12.6., os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital e anexos, a documentação relacionada nos itens elencados no item 12 deste Edital, para fins de habilitação.

12.6.2. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

12.6.3. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

12.6.4. A verificação pela Presidente, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.6.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

13. DA ABERTURA DA SESSÃO, FORMULAÇÃO DE LANCES E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

13.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico COMPRASGOV, na data, horário e local indicados neste Edital.

13.2. A Comissão de Obras verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Projeto Básico.

13.3. Também será desclassificada a proposta que, através do próprio sistema CompraGov, identifique o licitante. As propostas registradas através do preenchimento no momento do cadastro no Sistema COMPRAS.GOV.BR NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

13.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

13.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

13.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

13.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

13.8. O lance deverá ser ofertado pelo valor global proposto.

13.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

13.10. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

13.11. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de 1% (um por cento)**.

13.12. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

13.13. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado no certame.

13.14. Os critérios dos modos de disputa estão estabelecidos no Art. 23 e 24 da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022.

13.15. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para a Comissão de Obras no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

13.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Comissão de Obras persistir por tempo superior a **00:10 (dez minutos)**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas **24:00 (vinte e quatro horas)** após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico www.gov.br/compras.

13.17. Durante a fase de lances não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

13.18. Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes que neste caso, por força da aplicação da exclusividade obrigatoriamente se enquadram como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, conforme determina a Lei Complementar n. 123/06, CONTROLADO SOMENTE PELO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR.

13.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021., nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

13.20. Persistindo o empate, será realizado sorteio em sessão pública entre as propostas empatadas.

13.21. Na hipótese do subitem 7.10, a sessão pública de sorteio será efetuada de forma presencial, podendo qualquer interessado participar, sendo transmitida em canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, sendo observado os procedimentos, a saber:

a) Informação no chat da sessão pública quanto: data, hora e local da sessão para o procedimento de desempate das propostas, a ser realizado no site Sorteador.com.br! (ou outro compatível);

b) Por ordem alfabética, será disponibilizado a indicação dos nomes das licitantes, que se encontram em situação de propostas empatadas, no site indicado na alínea "a" do subitem 13.21;

c) A primeira licitante sorteada, será a primeira classificada. A sequência classificatória das propostas empatadas seguirá em ordem sucessiva;

d) A sessão será oficialmente encerrada após a conclusão desses procedimentos, e o registro audiovisual da sessão permanecerá para visualização no canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL.

e) Haverá transmissão ao vivo da sessão do sorteio nos canais oficiais SUPEL: <https://www.youtube.com/@supelro5251> e <https://www.instagram.com/supelrondonia/>

f) Haverá lavratura de ata de sorteio, com presença de testemunhas, que será incluída no processo administrativo;

13.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a Presidente poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

13.23. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

13.24. Após a negociação do preço, a Comissão de Obras iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

14. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

14.1. Encerrada a etapa de negociação, a Comissão de Obras examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus documentos complementares.

14.2. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.

14.3. Será desclassificada a proposta ou lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado pela Administração.

14.4. Para evitar contratações com preços manifestamente inexequíveis na execução dos contratos, serão desclassificadas as propostas ou lances vencedores, cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, conforme § 4º do art. 59 da Lei 14.133 de 2021.

14.4.1. A Comissão de Obras poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

14.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24:00 (vinte e quatro horas)** de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

14.6. A Comissão de Obras poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até **24:00 (vinte e quatro horas)**, sob pena de não aceitação da proposta.

14.7. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Comissão de Obras por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Comissão.

14.8. Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Comissão de Obras, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela Comissão, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

14.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Comissão de Obras examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

14.9.1. Se tratando de LOTE, a desclassificação de um único item do lote implicará na desclassificação da proposta para todo o lote, ou seja, a proposta somente será aceita se atender aos requisitos para todos os itens que compõem o lote.

14.10. Havendo necessidade, a Comissão de Obras suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

14.11. A Comissão de Obras deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

14.12. Também nas hipóteses em que a Comissão de Obras não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

14.13. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes pelo “chat”.

15. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

15.1. Para julgamento, será adotado o critério de **MENOR PREÇO**, observados o valor máximo aceitável para adjudicação, os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições definidas neste Edital.

15.2. A Comissão de Obras anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor/ maior vantajosidade imediatamente após a fase de aceitação das propostas ou, quando for o caso, após negociação e decisão pela Comissão acerca da aceitação do lance de menor valor/ mais vantajoso.

15.3. Se a proposta de menor valor/menor vantajosidade não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, a Comissão de Obras poderá examinar a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá a verificação das condições habilitatórias do proponente, na ordem de classificação, ordenada e sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

15.4. No caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos e, entre preços unitários e totais, os primeiros.

15.5. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

15.6. Serão rejeitadas as propostas que:

15.6.1. Sejam incompletas, isto é, não conterem informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do material licitado;

15.6.2. Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexecutáveis, por decisão da Comissão de Obras.

15.6.3. Apresentar preços unitários superiores, quantitativos superiores ou inferiores aos constantes na Planilha Orçamentária disponibilizada pela Administração Pública.

15.7. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

15.8. Da sessão, o sistema gerará Termo de Julgamento, no qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

15.9. Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo homologado o procedimento e adjudicado o objeto da licitação pela autoridade competente.

15.10. Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

16. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA (PROPOSTA FINAL)

16.1. Deverá o licitante atualizar a proposta com os descontos ofertados de forma homogênea, **mantendo-se a proporção de desconto para cada item em relação a Planilha Original da Licitação**, a fim de evitar jogo de planilhas.

16.1.1. Deverá estar assinada e se possível, por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legalmente credenciado e pelo responsável técnico indicado pela empresa com registro atualizado no Conselho Regional de Engenharia, e Agronomia (CREA), observando o contido na Lei nº 5.194, de 24.12.66 e nas resoluções nº 218/73 e 282/83 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA, e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU/BR.

16.2. A Planilha Atualizada deverá ser anexada após o término da sessão de lances e deverá estar assinada pelo representante legal da empresa e por seu responsável técnico, contendo os seguintes documentos:

16.2.1. Carta endereçada à Comissão de Obras, em papel timbrado da empresa, contendo: nome, endereço, número da Concorrência, conforme modelo (**ANEXO IV**), devidamente assinada pelo representante legal da licitante, relacionando ainda, os seguintes itens:

- a) Preço global em valor numérico e por extenso;
- b) Prazo de execução dos serviços;
- c) Prazo de validade da Proposta, que deverá ser de no mínimo de **90 (noventa)** dias.
- d) A empresa deverá indicar, em sua Proposta de Preços, **o Banco, Agência e número da Conta Corrente**, onde serão creditados os respectivos pagamentos, caso esta seja vencedora deste certame.

16.2.2. Planilha Orçamentária baseada nos projetos executivos, especificações e exigências constantes deste Edital, constando:

- a) Unidade, Quantitativos, Preços Unitários, Subtotais e Totais;
- b) Especificação clara dos serviços a serem executados de acordo com a Planilha do órgão requisitante;

- c) Nos preços unitários propostos e apresentados na Planilha Orçamentária pela licitante, deverão estar computados todas as despesas necessárias, inclusive custo de materiais, de transportes, de instalações, depreciações, mão-de-obra, impostos, encargos sociais e trabalhistas, remunerações, etc., que constituirão a única, exclusiva e completa remuneração dos serviços;
- d) Nos itens considerados como verbas globais, poderá, a critério da Comissão de Contratação, e surgindo necessidade, ser solicitado ao licitante, o detalhamento específico do item, para melhor análise;
- e) **Será exigida das proponentes a apresentação:**
- e.1) Todas as composições unitárias de custos de todos os itens;
- e.2) Todos as CPU, deverão ser idênticos ao lançado na Planilha Orçamentária apresentada pela empresa;
- e.3) Composição do BDI: O BDI a ser utilizado não poderá apresentar índice superior àquele praticado pela **SESDEC/RO**, que no caso em tela é de **22,47% (vinte e dois vírgula quarente e sete por cento)** para construção e **16,96% (dezesseis vírgula noventa e seis por cento)** para equipamentos, os tributos IRPJ e CSLL não devem integrar o cálculo por se constituírem tributos de natureza direta e personalíssima. (**ANEXO IX e ANEXO X** ou a critério da licitante).
- f) A exigências contidas na alínea “e.2” deste item não constitui objeto de **DESCCLASSIFICAÇÃO** de proposta. Havendo erro a licitante será convocada a qualquer tempo para proceder com as correções, sob pena de sanções previstas na Lei nº 14.133/2021. As correções não poderão ensejar alteração no valor original da Proposta.
- g) **CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO** contendo: distribuição das etapas ou serviços ao longo do prazo de execução, valores da etapa de execução ao longo do tempo, percentuais parciais e percentuais acumulados e acumulado mensal e acumulado geral.
- h) Detalhamento dos Encargos Sociais (ES) (**ANEXO XI** ou a critério da licitante).;

16.3. Será concedido um prazo de **até 24 (vinte e quatro) horas úteis**, sob pena de desclassificação do licitante.

17. DO RECURSO

17.1. A Comissão de Obras declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo **00:10 (dez minutos)**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

17.2. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública desta licitação, implica decadência desse direito, ficando a Comissão de Obras autorizado a adjudicar o objeto à LICITANTE VENCEDORA.

17.3. Havendo quem se manifeste, caberá a Comissão de Obras verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

17.3.1. Nesse momento a Comissão de Obras não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

17.3.2. A falta de apresentação das razões de recurso, em campo próprio do sistema, também importará a decadência do direito de recurso e, via de consequência, a adjudicação do objeto da licitação à LICITANTE VENCEDORA.

17.4. A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de **03 (três) dias úteis**, com base no art.º 165 da Lei nº 14.133/21, ficando as demais LICITANTES, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

17.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

18.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

19. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

19.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório, por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

19.2. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

19.3. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

19.4. Na hipótese da ilegalidade de que trata o caput ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei nº 14.133, de 2021.

20. DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

20.1. Findo o processo licitatório, a empresa vencedora será convocada via sistema eletrônico e e-mail a assinar o Contrato, que obedecerá ao modelo em documento complementar, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após a notificação para assinatura do Contrato.

20.2. O subitem acima deverá ser desconsiderado caso seja outra a decisão da autoridade competente que não a homologação do processo licitatório ou outra for sua decisão.

20.3. Caso a licitante vencedora não atenda ao prazo previsto no item “20.1”, ensejará a aplicação das sanções estabelecidas no item sanções administrativas deste instrumento, reservando-se o CONTRATANTE, o direito de convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto ao preço, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas para a licitante vencedora neste instrumento.

20.4. Administração divulgará em sítio eletrônico oficial, em até **25 (vinte e cinco) dias úteis** após a assinatura do contrato, os quantitativos e os preços unitários e totais que contratar e, em até **45 (quarenta e cinco) dias úteis** após a conclusão do contrato, os quantitativos executados e os preços praticados, conforme exposto no Art. 94, § 3º, da Lei 14.133/21.

21. DA GARANTIA CONTRATUAL

21.1. Para assegurar a fiel execução dos compromissos ajustados, a CONTRATADA deverá prestar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato.

21.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia, conforme o art. 96 da Lei nº 14.133/21:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- b) Seguro-garantia (ANEXO VI);
- c) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil (ANEXO V).
- d) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

21.3. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração

21.4. Quando optar por modalidade de Seguro-garantia, o prazo mínimo é fixado em 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade, conforme previsto no art. 96, § 3º da Lei nº 14.133/21.

22. DOS PRAZOS

22.1. Prazo de execução dos serviços:

22.1.1. Será de **240 (duzentos e quarenta) dias corridos** para a 1ª etapa, conforme indicado na **Cronograma Físico e Financeiro 1ª ETAPA**) e **240 (duzentos e quarenta) dias corridos** para a 2ª etapa, conforme indicado na **Cronograma Físico Financeiro 2ª ETAPA**), contados a partir do recebimento da Ordem de Serviços pela CONTRATADA

22.2. Prazo de início dos serviços:

22.2.1. O prazo para início dos trabalhos fica fixado em **10 (dez) dias** a partir do recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA.

22.3. Prazo de vigência contratual:

22.3.1. Será de **720 (setecentos e vinte) dias corridos**, contados a partir do recebimento da **Ordem de Serviço pela contratada**, emitida após a assinatura do contrato. Este prazo poderá ser **prorrogado**, a critério da Administração, desde que a solicitação seja formalizada com antecedência mínima de **15 (quinze) dias corridos** anterior ao término do contrato.

22.3.2. As Ordens de Paralisação, devidamente justificadas por escrito nos autos, suspendem o curso do prazo de execução do contrato, tornando a correr com a Ordem de Reinício dos serviços.

22.3.3. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, conforme previsão do art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

22.3.4. A prorrogação do prazo de execução, descontados os períodos de paralisação, será permitida, segundo o § 5º do art. 115 da Lei nº 14.133/2021, automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

22.3.5. Na contagem do prazo de vigência estabelecido neste instrumento, excluir-se-á o dia da publicação e incluir-se-á o do vencimento, conforme disposto no Art. 183 da Lei nº. 14.133/2021.

22.3.6. Só se iniciam e vencem os prazos previstos neste instrumento em dia de expediente na SESDEC-RO.

22.3.7. A Contratada se obriga a acatar as solicitações da fiscalização da Secretaria de Estado da Educação para paralisar ou reiniciar as obras.

23. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

23.1. São obrigações da contratada além daquelas exigidas em **Lei 14.133/21**:

“Art. 45. As licitações de obras e serviços de engenharia devem respeitar, especialmente, as normas relativas a:

I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;

II - mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

III - utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais;

IV - avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística;

V - proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas;

VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.”.

23.2. Constituem obrigações da CONTRATADA também as especificadas no **ITEM 21.2 DO PROJETO BÁSICO - ANEXO I** deste Edital.

24. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

24.1. O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art.104 da Lei nº 14.133/2021.

“CAPÍTULO IV - DAS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 104. O regime jurídico dos contratos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, as prerrogativas de:

I - modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

II - extingui-los, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei;

III - fiscalizar sua execução;

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

V - ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:

a) risco à prestação de serviços essenciais;

b) necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.

§ 1º As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

§ 2º Na hipótese prevista no inciso I do caput deste artigo, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.”.

24.2. Constituem obrigações do CONTRATANTE, além da constante do Art. 115 da Lei n.º 14.133/2021, as especificadas no **ITEM 21.1 DO PROJETO BÁSICO - ANEXO I deste Edital**.

25. DA SUBCONTRATAÇÃO

25.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório, conforme previsto no **ITEM 22 DO PROJETO BÁSICO - ANEXO I deste Edital**.

26. DA GESTÃO DO CONTRATO E FISCALIZAÇÃO

26.1. Conforme art. 117 da Lei nº 14.133/21, a execução do contrato decorrente do presente certame deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, dessa forma, o referido Contrato terá como Gestor, o Gerente de Administração e Finanças, que será assistido e subsidiado por um ou mais Fiscais Administrativos e um Fiscal Técnico, por ele designado, conforme **ITEM 23 DO PROJETO BÁSICO - ANEXO I deste Edital**.

27. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

27.1. O objeto deste Edital será recebido em conformidade com o **art. 140, da Lei nº 14.133/21**, descrito no **ITEM 24 DO PROJETO BÁSICO - ANEXO I deste Edital**.

28. DO PAGAMENTO E MEDIÇÕES

28.1. O pagamento, decorrente da prestação dos serviços, objeto deste Edital será efetuado conforme disposto no **ITEM 25 e 26 DO PROJETO BÁSICO - ANEXO I deste Edital**.

29. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

29.1. Ficam aquelas estabelecidas no item 35 do **PROJETO BÁSICO**, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

30. DO REAJUSTAMENTO

30.1. Ficam aquelas estabelecidas no item 27 e seus subitens do **PROJETO BÁSICO**, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

31. DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS

31.1. Os contratos poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

- a)** quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b)** quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos em lei;
- c)** As alterações unilaterais não poderão transfigurar o objeto da contratação;

II - por acordo entre as partes:

- a)** quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b)** quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c)** quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- d)** para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.
- d.1)** Será aplicada às contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado.

31.2. Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.

31.3. O contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), nos termos do art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

32. DO CANCELAMENTO DO CONTRATO

32.1. O fornecedor terá seu contrato cancelado quando:

32.1.1. Descumprir as condições do contrato;

32.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

32.1.2.1. O cancelamento do contrato, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão.

33. DISPOSIÇÕES GERAIS

33.1. Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

33.2. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

33.3. Homologada a licitação o adjudicatário receberá a Ordem de Serviços para o início da obra.

33.4. Caso o adjudicatário não preste o serviço ou forneça o(s) bem(s), objeto do certame, de acordo com a sua proposta, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para execução do serviço.

33.5. É facultado a COMISSÃO DE OBRAS ou a AUTORIDADE COMPETENTE, em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

33.6. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para execução dos serviços, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

33.7. Uma vez convocado, a recusa injustificada do adjudicatário em prestar os serviços, dentro do prazo estabelecido neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas

33.8. Na hipótese acima referida será convocado novo adjudicatário, observada a ordem de classificação nesta licitação.

33.9. Constituem motivos para rescisão do contrato ou instrumento equivalente, todos aqueles listados pela Lei 14.133/2021, no artigo 138.

33.10. Será dada vista aos proponentes interessados tanto nas propostas comerciais como dos documentos de habilitação apresentados na sessão.

33.11. A presente Licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado; ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

33.12. É vedado ao fornecedor retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão da licitação.

33.13. O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus documentos complementares, pois o simples registro de proposta financeira junto ao sistema eletrônico de licitação utilizado, submete-a à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação e a observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

33.14. No caso de eventual divergência entre o Edital de Licitação e seus documentos complementares, prevalecerão as disposições do primeiro.

33.15. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus documentos complementares, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

33.16. Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que se fizerem necessários, a fim de completar a instrução do processo.

33.17. É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas previstas no Capítulo II-B – DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

33.18. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

33.19. O Instrumento Convocatório é parte integrante do Contrato.

34. ANEXOS

34.1. Integram esta Concorrência, os seguintes anexos:

Fazem parte deste edital, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

ANEXOS	
ANEXO I	PROJETO BÁSICO
ANEXO II	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
ANEXO III	CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO
ANEXO IV	CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)
ANEXO V	CARTA FIANÇA (MODELO)
ANEXO VI	SEGURO GARANTIA (MODELO)
ANEXO VII	CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (MODELO).
ANEXO VIII	RELAÇÃO E DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE (MODELO).
ANEXO IX	COMPOSIÇÃO DO BDI OBRA E SERVIÇOS (MODELO).
ANEXO X	COMPOSIÇÃO DO BDI BENS E EQUIPAMENTOS (MODELO).
ANEXO XI	PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DAS TAXAS DE ENCARGOS SOCIAIS. (MODELO)
ANEXO XII	MINUTA DE CONTRATO
ANEXO XIII	DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE CONTRATAÇÃO DE PESSOAS PRESAS OU EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL
ANEXO XIV	DECLARAÇÃO DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE, EM REGIME SEMIABERTO OU EGRESSAS APTAS AO TRABALHO
ANEXO XV	MATRIZ DE RISCOS

Porto Velho/RO, 27 de junho de 2025.

ERALDA ETRA MARIA LESSA

Presidente da Comissão de Obras - COOBR/SUPEL/RO

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO –Fone: (69) 3212-9243.

ANEXO I

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC

Núcleo de Engenharia do Fundo Estadual de Segurança Pública - SESDEC-FUNESPNENG

PROJETO BÁSICO

IDENTIFICAÇÃO

Departamento: Núcleo de Projetos P4/ 7º BPM.

Órgão Gestor Orçamentário: 15.017 - Fundo Estadual de Segurança Pública - FUNESP/SESDEC.

Objeto: Construção do Centro de Treinamento das Forças de Segurança Pública "Capitão Sílvio".

Beneficiado: 7º Batalhão de Polícia Militar.

Origem do recurso: Fundo Nacional de Segurança Pública/FUNESP.

DA INTRODUÇÃO E BASE LEGAL

Este documento foi elaborado a partir da análise da viabilidade técnica e econômica de estratégias de contratação, contendo os elementos necessários e suficientes, e, com nível de precisão adequados, para caracterizar o objeto da contratação de forma clara e suficiente, possibilitando a avaliação de custos e a definição dos métodos e prazos de execução.

Aplica-se a este procedimento o disposto na Lei Federal 14.133/21 e demais disposições legais, no que couber, como condições iniciais para a contratação de obras e serviços de engenharia pela Administração Pública, para permitir, inclusive, a fiscalização da execução e o recebimento do objeto contratado.

Fiscalização Administrativa, Técnica e de Gestão Contratual

A fiscalização administrativa, técnica e de gestão contratual será norteadas pelas disposições do **Decreto Estadual nº 28.874/2024**, que regulamenta as contratações públicas no Estado de Rondônia. O **artigo 2º**, incisos **VII a IX**, estabelece diretrizes claras para o acompanhamento da execução do contrato, incluindo:

Art.	2º,	Incisos	VII	a	IX:
			VII - Acompanhamento da execução do contrato quanto ao cumprimento das condições		pactuadas;
			VIII - Fiscalização da execução do objeto contratado, quanto à qualidade e quantidade dos serviços		prestados;
			IX - Adoção das medidas necessárias para o fiel cumprimento das obrigações contratuais.		

Além disso, conforme o **artigo 21** do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o **Fiscal do Contrato** será responsável pelo acompanhamento da execução do contrato, garantindo que as condições acordadas no instrumento contratual sejam cumpridas. O fiscal deverá garantir a qualidade, o cumprimento dos prazos e a conformidade com os custos previstos no contrato, podendo adotar medidas para assegurar o adequado cumprimento do objeto contratado.

O presente Projeto Básico apresenta o conjunto de elementos que nortearão o procedimento, desde a fase que se iniciou com os estudos preliminares, até a assinatura, gestão e fiscalização do contrato.

DO OBJETO E OBJETIVO

Do Objeto

Contratação de empresa especializada em Obras e Serviços de Engenharia visando a construção de um Centro de Treinamento para as Forças de Segurança Pública "Capitão Sílvia" **no município de Ariquemes, Rondônia**. A contratação inclui o fornecimento de materiais, mão de obra, ferramentas e todos os equipamentos necessários para a execução adequada e completa dos serviços. O Centro de Treinamento atenderá todas as instituições de segurança pública da região e áreas adjacentes, e a obra será realizada em conformidade com o projeto descrito no documento base, o Projeto Básico.

O suporte legal que garantirá a eficácia dos atos é a Lei Federal 14.133/2021 que rege as licitações e os contratos administrativos.

Do Objetivo

O objetivo do projeto é a construção de um Centro de Treinamento a ser implantado no 7º Batalhão de Polícia Militar na cidade de Ariquemes, Estado de Rondônia, buscando beneficiar todas as Instituições de Segurança Pública naquela localidade, dentre do Eixo Valorização dos Profissionais de Segurança Pública, proporcionando uma estrutura adequada e moderna para práticas de atividades, visando à saúde física e mental dos profissionais da Segurança Pública Estaduais, conforme o Plano de Ação da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania em consonância com as ações do Eixo Valorização, elencados na Portaria Nº 483, de 09 de Novembro de 2021 do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

DA ESPECIFICAÇÃO

Trata-se da implantação de um Centro de Treinamento Institucional que será construído no terreno pertencente ao Estado de Rondônia em área desmembrada do terreno onde está instalado o 7º Batalhão de Polícia Militar, localizado à Rua Rio Negro, S/N – Bairro Setor das Grandes Áreas, CEP 76.876-686, cidade de Ariquemes/RO.

A área de construção total do Centro de Treinamento é de 346,73 m², conforme Projeto Arquitetônico ([0047296105](#)), em local definido em estudos preliminares e anteprojetos.

Dados do Imóvel: O terreno é localizado no Lote 04, Quadra 05, do loteamento denominado Grandes Áreas, situado na cidade de Ariquemes-RO, com área de 7.402,99 m², com os limites e confrontações seguintes: FRENTE: Rua Rio Negro, com 108,45 metros; FUNDOS: Lote 03, com 108,79 metros; LATERAL DIREITA: Lote 02, com 68,97 metros; LATERAL ESQUERDA: Lote 06 e 06/A, com 37,34+30,00 metros. O imóvel situa-se aproximadamente, 91,50 metros da esquina da Rua Negro com a Travessa Marte. Inscrição Cadastral 040.0005.00.0004.01, conforme Certidão de Inteiro Teor ([0059613871](#)).

Coordenadas Geográficas: 9°55'23"S 63°02'11"W

Proprietário do Imóvel: Governo do Estado de Rondônia.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O treinamento físico tem como finalidade, além do melhor condicionamento físico, a socialização e o lazer, o que eleva o quociente de qualidade de vida do indivíduo, traduzindo-se em profissionais mais dispostos e menos suscetíveis às alterações psicológicas ocasionadas pelo estresse típico do trabalho. A atividade física desenvolvida de maneira sistemática, em um ambiente favorável, funciona como válvula de escape, impedindo a instalação de doenças funcionais.

Neste sentido, temos que a saúde do indivíduo pode ser determinada pela própria biologia humana, pelo ambiente físico, social e econômico a que está exposto e pelo seu estilo de vida, isto é, pelos hábitos alimentares e de atividades direcionadas, bem como outros comportamentos que podem ser benéficos ou prejudiciais à saúde. Uma boa saúde está associada diretamente ao aumento da qualidade de vida. É sabido que uma alimentação balanceada, a prática regular de exercícios físicos e o bem estar emocional são fatores determinantes para um estado de saúde equilibrado. O exercício regular é ótimo para o controle de doenças como hipertensão, obesidade, diabetes, entre outras enfermidades crônicas. A prática da atividade física está diretamente associada à prevenção e ao tratamento de doenças crônicas não transmissíveis, além de possibilitar a redução

da incapacidade física causada pela sua evolução. Alguns estudos demonstraram a relação entre o nível de atividade física e a redução da mortalidade geral e por doenças cardiovasculares.

Devido, inclusive, à falta de atividade física rotineira, diversos policiais têm apresentado patologias funcionais, relacionadas principalmente ao sedentarismo, além de implicações nos níveis de estresse. Podemos destacar: alto índice glicêmico, colesterol elevado, dislipidemias e lesões osteomioarticulares, as quais resultam em baixas para o serviço operacional, sobrecarregando ainda mais àqueles que, precariamente, continuam desenvolvendo a atividade fim, o que a médio prazo implicará sobremaneira em alterações na saúde desses profissionais.

A prática de atividade física e o desporto são ferramentas de auxílio no processo de desenvolvimento educacional, social e de saúde do ser humano. Essas atividades despertam o sentimento de cooperação, troca, espírito de corpo, respeito, amizade, solidificando os valores éticos e morais, basilares da instituição para o bom convívio. Com o treinamento sistemático, poderá ocorrer o auxílio no controle do peso corporal, a diminuição dos riscos de ocorrências de doenças coronarianas, a prevenção de doenças como a osteoporose, o aumento da autoestima, o aumento da força muscular e desenvolvimento da flexibilidade muscular.

Em consequência do adestramento intrínseco às atividades policiais e de busca e salvamento, os servidores buscam o treinamento físico por meios particulares, porém nem todos têm esse hábito. Diante disto, torna-se necessário criar no servidor das forças de segurança o hábito pela prática de atividade física diária, fornecendo a estrutura necessária e os profissionais adequados para orientação dessas atividades. Assim, busca-se a melhoria da condição de saúde e qualidade de vida dos servidores, fatores que refletirão diretamente em menores taxas de baixas para a atividade operacional, aumento da longevidade e melhor disposição física e psicológica para desempenhar suas funções, consequentemente, resultando num melhor serviço prestado à sociedade.

As atuais instalações do 7º BPM dispõem de um precário campo de futebol e alguns poucos equipamentos destinados à prática de atividades físicas e/ou treinamento de defesa pessoal. Tais instalações são utilizadas, inclusive, por alguns bombeiros militares e policiais civis lotados na cidade de Ariquemes. Somando-se a tropa da Polícia Militar (345), Corpo de Bombeiros Militar (39), Polícia Civil (80), Polícia Técnico-Científica (13) e Instituto Médico Legal (10) do município de Ariquemes, totaliza-se 487 (quatrocentos e oitenta e sete) servidores, futuros beneficiários diretos do Centro de Treinamento Capitão Sílvio.

Nota-se, portanto, que as estruturas existentes carecem de melhorias, pois não cumprem efetivamente com o propósito a que se destinam, ou seja, a utilização plena para prática de treinamento físico/desportivo, no intuito de melhorar a condição física dos policiais lotados na unidade, tampouco atenderiam o total de servidores das forças de segurança lotados em Ariquemes. Há carência de um local e espaço adequados para a prática de treinamento físico, atividades esportivas e de lazer para a tropa, sendo de fundamental importância um ambiente montado, equipado e preparado que viabilizaria a promoção dessas atividades com atenção primária voltada à saúde dos servidores lotados em Ariquemes e ao aumento do rendimento físico desses profissionais.

A construção e implantação do Centro de Treinamento se propõe a criar um ambiente adequado e moderno visando a saúde física dos profissionais de segurança, a socialização através de práticas esportivas, de lazer e de saúde preventiva. Funcionando como incentivo à prática de atividades físicas, garantindo hábitos saudáveis e também prevenindo situações de doenças físicas e psicológicas com foco nos profissionais da Segurança Pública. A sociedade também se beneficiará indiretamente do treinamento adequado dos policiais, uma vez que quando melhor treinados e saudáveis poderão oferecer um serviço de melhor qualidade, aumentando a segurança e o bem-estar da comunidade. A construção e operação do Centro de Treinamento podem gerar impactos econômicos positivos na comunidade local. A contratação de mão de obra local, a compra de materiais e serviços de fornecedores locais e o aumento do fluxo de visitantes para a região podem impulsionar o crescimento econômico, criar empregos e aumentar a arrecadação de impostos municipais. Ademais, um centro de treinamento de alta qualidade pode atrair policiais de outras regiões para participar de cursos e programas de capacitação, gerando receita adicional para a economia local.

Neste contexto, a implantação do Centro de Treinamento integrado para as forças de segurança pública na cidade de Ariquemes, atende às necessidade acima destacadas e justifica-se, pois se insere no Plano de Políticas para a Segurança Pública da Secretaria Nacional de Segurança Pública/SENASP do Ministério da Justiça, bem como inserido no Plano de Ação da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania do Estado de Rondônia voltada ao eixo *Valorização Profissional* e implicará diretamente na diminuição das baixas para a atividade profissional rotineira, operacional ou administrativa, aumento da expectativa de vida dos profissionais, maior disposição no desempenho da função e, conseqüentemente, melhor serviço prestado à sociedade, perfeitamente dentro do escopo das ações definidas pelo Governo Federal.

DO LOCAL DA OBRA

Localização da Obra: Município de Ariquemes/Rondônia.

Endereço: Rua Rio Negro, S/N – Grandes Áreas, CEP 76876-686.

Figura 01 - Vista aérea do local de implantação da obra no terreno.



DOS SERVIÇOS

Todas as peças técnicas seguem as Normas específicas vigentes da ABNT que regulam os serviços da construção civil que integram este Projeto Básico. Caso haja atraso para o início do processo licitatório e, considerando que o processo de atualização das normas é dinâmico, o site da ABNT deverá ser consultado para avaliar e revisar a fase atual dos projetos.

A reforma e reestruturação dos Gabinetes envolve a criação de novas salas e áreas de trabalho por meio da instalação de divisórias em *drywall* com vidro, visando otimizar o espaço e melhorar a funcionalidade e estética e privatização de ambientes.

A execução dos serviços de construção obedecerá rigorosamente aos projetos e materiais especificados. Esclarecimentos adicionais deverão ser solicitados à fiscalização, e nenhuma modificação poderá ser feita no projeto sem consentimento por escrito, da fiscalização e dos autores do projeto.

Em disposições gerais, os serviços a serem executados compreendem:

ADMINISTRAÇÃO LOCAL - Coordenação geral da equipe de obra, gestão de cronogramas e recursos. O encarregado deve garantir que a execução dos serviços esteja em conformidade com o cronograma, qualidade e segurança previstos no projeto e descrição dos Serviços: Administração da obra; Instalação do canteiro de obras; Limpeza, nivelamento e locação; execução de contenções; execução de alvenaria de tijolos cerâmicos; execução de pisos/pavimentos/calçadas; Execução de sistema de drenagem; execução de instalações elétricas, inclusive com fornecimento de equipamentos; pavimentação, ajardinamento e paisagismo; e Limpeza geral da obra.

PLACA DE OBRA - Deverá a empresa instalar uma placa de obra, para construção civil, em chapa de aço galvanizado nº 22, nas dimensões mínimas de 400x200cm, onde constem as informações da obra e de seus profissionais envolvidos e deverá está instalada, no máximo, 5 (cinco) dias após o início das obras.

ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART) - Registro das responsabilidades técnicas dos profissionais envolvidos na execução do projeto. Norma de Referência: Lei nº 6.496/77 - Criação do CREA e regulamentação da ART. Deve ser realizada a emissão da ART pelo responsável técnico e seu registro junto ao CREA.

RETIRADAS E DEMOLIÇÕES - Demolição de alvenaria simples com destinação correta dos resíduos, conforme normas ambientais, e observadas as prescrições na NR 18.

MOVIMENTAÇÃO DE TERRA E LIMPEZA DO TERRENO - As escavações de valas manual, quanto a escavação mecanizada de maior proporção (área da piscina e área do alojamento do filtro), será feita de acordo com o projeto estrutural e as necessidades do terreno. Todas as cavas em solo residual terão seus leitos nivelados e apiloados antes do lançamento das fundações. Será adotado para segurança das escavações a Norma NBR-9061, que fixa as condições de segurança exigíveis.

ESTRUTURAS - Execução de estruturas de concreto armado devem obedecer ao projeto estrutural e memorial de descritivo para sua perfeita execução para as seguintes especificações das edificações:

PISCINA SEMI-OLÍMPICA - A piscina semiolímpica possuirá as seguintes dimensões: 12,5m de largura, 25m de comprimento e 3m de profundidade. A piscina será executada em concreto armado, possuindo um radier como fundação e cortinas de bloco estrutural. As armações utilizarão aços CA-50 e CA-60;

VESTIÁRIO - O vestiário será executado com meios construtivos convencionais, ou seja, estrutura de concreto armado com vedação em alvenaria de tijolo cerâmico de 6 furos, e possuirá uma fundação formada por sapatas e viga baldrame, a superestrutura será composta por pilares e vigas respaldo.

CASA DE MÁQUINAS - A casa de máquinas onde residirão os equipamentos referentes a piscina semiolímpica e a piscina de pequeno porte, será enterrada conforme projeto. A estrutura se dará por meios convencionais, alvenaria em tijolos cerâmicos de 6 furos, vigas e pilares de concreto armado e uma laje de piso e paredes, todos serão executados conforme projeto estrutural. Todas as estruturas de concreto armadas utilizarão aço CA-50, a estrutura possuirá um forro em PVC em toda sua extensão e contará com uma escada metálica composta por guarda corpo.

ADMINISTRATIVO - A área administrativa será executada com meios construtivos convencionais, ou seja, estrutura de concreto armado com vedação em alvenaria de tijolo cerâmico de 6 furos, e possuirá uma fundação formada por sapatas e viga baldrame, a superestrutura será composta por pilares e vigas respaldo. A estrutura possuirá um forro em gesso em toda sua extensão com acabamento em alto padrão.

TATAME/PILATES - A área do Tatame/Pilates será executada com meios construtivos convencionais, ou seja, estrutura de concreto armado com vedação em alvenaria de tijolo cerâmico de 6 furos, e possuirá uma fundação formada por sapatas e viga baldrame, a superestrutura será composta por pilares e vigas respaldo. A estrutura possuirá um forro em gesso em toda sua extensão com acabamento em alto padrão.

ACADEMIA - A área da academia será executada com meios construtivos convencionais, ou seja, estrutura de concreto armado com vedação em alvenaria de tijolo cerâmico de 6 furos, e possuirá uma fundação formada por sapatas e viga baldrame, a superestrutura será composta por pilares e vigas respaldo, o piso será executado com revestimento em porcelanato, com acabamento em alto padrão, a estrutura possuirá um forro em gesso em toda sua extensão com acabamento em alto padrão, contará com vestiários conforme projeto arquitetônico, que terá uma caixa d'água de 1000 litros para o abastecimento do vestiário e sua ligação será através do reservatório principal.

MURO - O muro que delimitará a área frontal do terreno, deverá ser executado utilizando método construtivo tradicional, com tijolos de cerâmica furados e estruturas em concreto armado. O muro possuirá 3m de altura em alvenaria. A estrutura contará com aberturas para um portão de entrada e saída do ambiente. A fundação se dará por vigas baldrame e pilares estacadas.

GUARITA - A guarita será executado com meios construtivos convencionais, ou seja, estrutura de concreto armado com vedação em alvenaria de tijolo cerâmico de 6 furos, e possuirá uma fundação formada por sapatas e viga baldrame, a superestrutura será composta por pilares e vigas respaldo. A estrutura possuirá um forro em gesso em toda sua extensão, contará com uma caixa d'água de 500 (quinhentos) litros, o fornecimento de água virá direto do medidor.

PISCINA INTERMEDIÁRIA - A piscina possuirá as seguintes dimensões: 3,90m de largura, 5,40m de comprimento e 1,20m de profundidade. A piscina será executada em concreto armado, possuindo um radier como fundação e cortinas de bloco estrutural. As armações utilizarão aços CA-50 e CA-60, e suas especificações estão presentes no projeto estrutural da mesma.

PORTÕES DE ENTRADA - Trata-se de portões formados com perfis metálicos quadrados, soldados em barras horizontais (inferior e superior) com tela de aço galvanizado, pintados na cor branca. Portão principal (entrada e saída): 1 porta de abrir, com 1 folha. E um portão principal: 1 folha de correr. As folhas deverão ser fixadas no pilar central e nas alvenarias laterais.

INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E LÓGICA - Os projetos de instalações elétricas foram elaborados dentro das normativas estabelecidas pela NBR 5410/2004 (Instalações Elétricas de Baixa Tensão) e NBR 14565 (Procedimento básico para elaboração de projetos de cabeamento de telecomunicações para rede interna estruturada). A iluminação dos ambientes se dará da seguinte forma: Vestiário, academia, tatame/ pilates, guarita, casa de máquinas, barracão e centro administrativo: A iluminação do vestiário será executada utilizando luminárias LED plafon de 24W, conforme especificado no projeto elétrico;

PAVIMENTAÇÃO, PINTURA E SINALIZAÇÕES - Execução de pátio/estacionamento em piso intertravado, com bloco retangular cor natural de 20 x 10 cm, espessura 8 cm.

PAISAGISMO - A execução do paisagismo será composto por plantio de gramas. Conforme projeto arquitetônico apresentado.

CAMPO DE FUTEBOL SOCIETY - Deverá ser realizado o plantio de gramas em placas justapostas, promovendo a completa forração da superfície; irrigação; e cobertura com terra vegetal, em jardins e canteiros. Ressalta-se a importância de nivelamento da superfície, evitando-se a formação de depressões e cavidades. Deverá ser realizada a rega e conservação para pega das mudas e a substituição de placas que não pegarem, num prazo de 30 dias. Na entrega da obra o gramado deverá estar verde e em perfeitas condições, sem falhas.

QUADRA DE VOLEI DE AREIA - Será utilizado areia fina para a regularização do piso em toda sua extensão, conforme projeto arquitetônico.

PISTA DE CAMINHADA - Será utilizado pedra britada nº 0 para a regularização do piso em toda a sua extensão.

SERVIÇOS COMPLEMENTARES, MANUTENÇÃO E LIMPEZA DO CANTEIRO DE OBRAS - proceder a retirada periódica dos entulhos que se acumularem no canteiro de obra, pelo tempo que durar a mesma, levando-os para locais determinados pelo poder público. A retirada de entulhos deve seguir normas específicas: a LEI 12305/2012 e CONAMA 307/2002. A obra será entregue em perfeito estado de limpeza e conservação, edificações, piscinas e calçadas e sinalização em perfeitas condições de funcionamento e devidamente testada.

A obra se dará em conformidade com o previsto no projeto arquitetônico, projeto estrutural, projetos complementares, memoriais descritivos, projetos complementares e demais especificações técnicas. As planilhas orçamentárias e demais tabelas de custos foram elaboradas seguindo todos os desembolsos necessários para investimento dos serviços. Demais informações técnicas e material complementar com as diretrizes de contratação e licitação estarão dispostos no projeto básico de engenharia.

Todas as imperfeições decorrentes da obra como: arquitetônicas, hidrossanitárias, elétricas, lógicas, estrutural, obras complementares, calçadas e sinalização – deverão ser corrigidas pela CONTRATADA, sem qualquer acréscimo a ser pago pela CONTRATANTE. Uma vistoria final da obra deverá ser feita pela CONTRATADA, antes da comunicação oficial do término da mesma, acompanhada pela FISCALIZAÇÃO.

DA PARTICIPAÇÃO

Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a licitante poderá visitar o local de execução dos serviços, para conhecer as peculiaridades da geografia, do solo, do clima e demais características do lugar de execução da obra, cuja comprovação será efetuada por declaração ou outro termo equivalente. Os custos que advierem dessas visitas serão arcados exclusivamente pela licitante, vetada sua computação no cálculo das planilhas de custo para elaboração de sua proposta.

Não poderão participar as empresas que se encontrarem em processo de falência (salvo em recuperação judicial), concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionam no país, nem aquelas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou punidas com suspensão do direito de licitar e contratar com as ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

Fica vedado ao autor do projeto básico, pessoa física ou jurídica, participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários, conforme prescreve o art. 14, inc. I da Lei no 14.133/21.

Fica vedada à empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou da qual o autor do projeto básico seja dirigente, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontrato, participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários, conforme dispõe o Art. 14, inc. II, da Lei 14.133/21.

Fica vedado aos servidores, membro da comissão de licitação, contratante ou responsável pela licitação participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários.

Fica vedada a participação, concomitantemente, de empresas cujo quadro societário seja composto pelos mesmos sócios ou qualquer um deles.

A observância das vedações aqui descritas é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

A Lei nº 14.133/2021 autoriza a participação de empresas sob a forma de consórcio em processos licitatórios. No entanto, a Administração Pública pode restringir essa participação, desde que haja justificativa adequada para a vedação, conforme o artigo 15 da referida Lei. No caso de obras de **baixa complexidade**, como o objeto desta licitação, não há necessidade de consórcio, pois empresas isoladas são plenamente capazes de executar o serviço com eficiência e qualidade.

Natureza do Objeto Licitado e Princípios Legais

O objeto licitado é de **baixa complexidade**, o que não exige a união de esforços de várias empresas para garantir a execução do serviço. O artigo 15 da Lei nº 14.133/2021 prevê que, em casos de menor complexidade, a Administração pode restringir a participação de consórcios, caso entenda que a execução do objeto não demanda essa modalidade de contratação.

Jurisprudência do TCU

O Tribunal de Contas da União, em seu **Acórdão nº 22/2003-Plenário**, já se manifestou no sentido de que a formação de consórcios é apropriada para obras de alta complexidade ou de vulto relevante, onde empresas isoladas não teriam condições de atender aos requisitos do edital. No **Acórdão nº 566/2006-Plenário**, o TCU ressaltou que a participação de consórcios "não garante aumento de competitividade", sendo uma decisão discricionária da Administração Pública.

Impacto na Competitividade

Como observa o doutrinador Marçal Justen Filho (2012)^[1], "a formação de consórcios poderia reduzir o universo da disputa", pois "em vez de estabelecerem disputa entre si, formalizariam acordo para eliminar competição". A participação de consórcios pode, portanto, restringir a competitividade do certame e elevar os custos, o que contraria os princípios da eficiência e da economicidade.

Em virtude da simplicidade da obra e da análise das normas e jurisprudência aplicáveis, a Administração entende que não há necessidade de consórcios nesta licitação. A vedação à participação de consórcios visa promover maior competitividade, reduzir custos e garantir a execução eficiente do serviço, conforme os princípios da **eficiência** e da **economicidade**, estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS DE COOPERATIVAS

Embora a Lei nº 14.133/2021 traga a possibilidade de participação de empresas organizadas sob a forma de cooperativas em licitações, é imperativo que essas entidades cumpram rigorosamente as disposições legais vigentes. Conforme preceitua o art. 16 da referida lei:

Art. 16. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I - A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

II - A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, sendo vedada à Administração a indicação nominal de pessoas;

IV - O objeto da licitação referir-se, no caso de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

Todavia, considerando a natureza do objeto licitatório em questão, que envolve a contratação de empresa especializada em Obras e Serviços de Engenharia, faz-se necessário **restringir** a participação de cooperativas. Esta medida visa evitar possíveis distorções no vínculo empregatício que a execução do contrato poderia demandar, conforme já observado em termos de conciliação judicial firmados entre o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Advocacia Geral da União (AGU).

DA VISITA TÉCNICA

Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a licitante **"poderá"** visitar o local de execução dos serviços, para conhecer as peculiaridades da geografia, do solo, do clima e demais características do lugar de execução da obra, cuja comprovação será efetuada por declaração ou outro termo equivalente. Os custos que advierem dessas visitas serão arcados exclusivamente pela licitante, vetada sua computação no cálculo das planilhas de custo para elaboração de sua proposta.

A visita técnica deverá ser realizada com devido acompanhamento de um servidor designado pela SESDEC/RO para esse fim, com agendamento prévio pelo telefone **(69) 3212-8526** de segunda à sexta-feira, das 8 h às 13h30; ou na Av. Farquar, 2986 - Bairro Pedrinhas, Complexo Rio Madeira, Curvo 2, 3º Andar - Porto Velho, Rondônia, CEP 76801-470.

A licitante **deverá** apresentar declaração de visita e conhecimento geral da logística do local da obra, assinada pelo Responsável Técnico e pelo Representante Legal da proponente.

A visita técnica servirá para que as empresas licitantes obtenham pleno conhecimento das condições e eventuais dificuldades para a sua execução, bem como obter todas as informações necessárias à formulação da sua proposta de preços.

A empresa licitante, a seu critério, poderá declinar da visita, sendo neste caso, necessário apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira.

DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E FORMA DE SELEÇÃO

O julgamento dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO**, na modalidade com **CONCORRÊNCIA**, onde a licitação ocorrerá na forma **ELETRÔNICA** de acordo com art. 17, § 2º da Lei nº 14133/21 e a disputa será **ABERTA** conforme o Art. 56 da referida lei, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos neste instrumento.

Regime de Execução

O critério para escolha da proposta será o de **MENOR PREÇO**, conforme art. 33, da Lei nº 14.133/2021, sendo que os serviços contratados obedecerão ao regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL** na forma de **EXECUÇÃO INDIRETA**, conforme inciso II do art. 46 da Lei nº 14.133/2021, e ainda tratando-se de modalidade de licitação de contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia conforme inciso XXXVIII do art. 6 da Lei nº 14.133/2021 e seu inciso XIV - bens e serviços especiais: aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser descritos na forma do inciso XIII do caput deste artigo, exigida justificativa prévia do contratante.

A proposta apresentada pela empresa deverá ter validade mínima de 60 (sessenta) dias corridos, conforme dispositivo da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

Tal escolha foi considerada ser a mais viável por ser tratar de um serviço de empreitada, não sendo viável a sua execução por item, portanto essa escolha afeta diretamente a capacidade de execução do serviço.

SÚMULA Nº 247 É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

DO ENQUADRAMENTO DO OBJETO A SER CONTRATADO

A obra de construção do Centro de Treinamento das Forças de Segurança Pública "Capitão Sílvia", localizada no município de Ariquemes/RO, é enquadrada como **obra de engenharia de natureza especial**, nos termos do art. 6º, inciso XXI, alínea b, da Lei nº 14.133/2021, conforme declaração contida no Estudo Técnico Preliminar 1 ([0060492955](#)).

DO PREÇO

Para efeito de julgamento das propostas será utilizado o critério de MENOR PREÇO, apontada pela Comissão de Licitações, devidamente nomeada pela Superintendência Estadual de Licitações – SUPEL/RO.

Será declarada vencedora e convocada para firmar o contrato para a execução da obra, a empresa que ofertar a melhor proposta sendo considerada assim, a proposta que ofertar o menor preço, o melhor e mais completo serviço e a devida capacidade técnica para realizar a obra.

ENTREGA/EXECUÇÃO

Localização da obra: Cidade de Ariquemes, Estado de Rondônia.

Local da obra: Rua Rio Negro, S/N – Grandes Áreas, CEP 76876-686.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto, descrito no item 14 deste ETP, demonstrado através das planilhas, cronograma e projetos em anexo, deverão ser executados na **CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE TREINAMENTO PARA AS FORÇAS DE SEGURANÇA PÚBLICA "CAPITÃO SÍLVIA"**, no município de Ariquemes/RO.

Prazo de Início: o prazo para início dos trabalhos fica fixado em 10 (dez) dias a partir do recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA.

Prazo de Execução: Será de 240 (duzentos e quarenta) dias corridos para a 1ª etapa, conforme indicado na **Cronograma Físico e Financeiro 1ª ETAPA** ([0059589033](#)) e 240 (duzentos e quarenta) dias corridos para a 2ª etapa, conforme indicado na **Cronograma Físico Financeiro 2ª ETAPA** ([0059592590](#)), contados a partir do recebimento da Ordem de Serviços pela CONTRATADA.

Prazo de Vigência do Contrato: Será de **720 (setecentos e vinte) dias corridos**, contados a partir do recebimento da **Ordem de Serviço pela contratada**, emitida após a assinatura do contrato. Este prazo poderá ser **prorrogado**, a critério da Administração, desde que a solicitação seja formalizada com antecedência mínima de **15 (quinze) dias corridos** anterior ao término do contrato.

Nos termos do **art. 106 da Lei nº 14.133/2021**, a vigência de 720 dias demonstra a **maior vantagem econômica para a Administração**, evitando a fragmentação contratual e a realização de licitações sucessivas, que poderiam gerar **custos adicionais e descontinuidade do objeto**. Estudos preliminares de mercado e projeções de custos confirmam que prazos mais curtos implicariam em encargos operacionais mais elevados, comprometendo a eficiência contratual.

A capacidade de execução da empresa contratada será devidamente avaliada no processo licitatório, assegurando sua aptidão técnica e administrativa para cumprir o prazo previsto e alcançar os objetivos do contrato dentro dos parâmetros de qualidade, legalidade e eficiência exigidos.

Após a assinatura do contrato e o recebimento da Ordem de Serviço emitida pela **Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania do Estado de Rondônia – SESDEC/RO**, a contratada deverá **iniciar a mobilização e os serviços em até 10 (dez) dias corridos**.

Concluída a execução, a contratada deverá comunicar formalmente à contratante o **término dos serviços no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos**, para fins de recebimento provisório e posterior tramitação dos atos de fiscalização e recebimento definitivo.

DO CUMPRIMENTO DO DECRETO ESTADUAL Nº 25.783, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2021, QUE REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 2.134, DE 23 DE JULHO DE 2009

Conforme consta no Art. 1º - Fica regulamentada a Lei Estadual nº 2.134, de 23 de julho de 2009, que Dispõe sobre a reserva de vagas para apenados no regime semi-aberto e egressos do sistema penitenciárias contratações para prestação de serviços com fornecimento de mão-de-obra à Administração Pública do Estado de Rondônia.”, com fulcro no § 5º do art. 40 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.”

Em que pese a obrigatoriedade de atender o Art. 2º do Decreto Estadual Nº 25.783 de 01/02/2021, na contratação de prestação de serviços com fornecimento de mão de obra, os Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional deverão exigir da contratada, o emprego de mão de obra formada por pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos do sistema prisional, no percentual mínimo de 2% (dois por cento). **Solicitamos a aplicação do Artigo 9º, in verbis:**

Art. 9º A administração pública poderá deixar de aplicar o disposto neste Ato Normativo quando, justificadamente, a contratação de pessoa presa ou egressa do sistema prisional se mostrar inviável ou inadequada diante da natureza do objeto da contratação.

Da justificativa: Observa-se que o objeto a ser contratado é a construção de um Centro de Treinamento para as Forças de Segurança Pública "Capitão Sílvio", em área de fácil acesso às instalações físicas ao quartel do 7º Batalhão de Polícia Militar, sendo que o acesso livre às instalações militares, o conhecimento dos projetos, formas construtivas e acessos das instalações pode acarretar o comprometimento da segurança institucional, logo a contratação de pessoa presa ou egressa do sistema prisional se mostrar inadequada ao presente caso.

Considerando que os quartéis de Polícia Militar, Delegacias e Unidades Prisionais possuem áreas restritas, salas para guarda de armamento, entre outros, devendo a empresa contratada observar o máximo de cautela na contratação de funcionários, bem como a divulgação de informações deve ser limitada, visando assim garantir a segurança da Contratante.

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Das Alterações Contratuais

Conforme disposto no artigo 124 da Lei 14.133 de 2021, as alterações contratuais são admissíveis mediante justificativas pertinentes nos casos elencados.

I - unilateralmente pela Administração:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - por acordo entre as partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

§ 1º Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.

§ 2º Será aplicado o disposto na alínea “d” do inciso II do caput deste artigo às contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado.

Nos termos do artigo 126 da Lei nº 14.133/21, as alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133/21, não poderão transfigurar o objeto da contratação.

O CONTRATADO fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), de acordo com o Art. 125 da Lei nº 14.133 de 2021. Após, será encaminhado ao Controle Interno a fim de verificar o percentual a ser adquirido, bem como a manutenção da contratação quando a regularidade fiscal.

DA GARANTIA CONTRATUAL

Para fiel execução dos compromissos aqui ajustados a CONTRATADA prestará prévia garantia de 5% (cinco por cento) do valor inicial do Contrato, como previsto no art. 98 da Lei nº 14.133 de 1º de Abril de 2021.

A CONTRATADA poderá optar por uma das modalidades de garantia previstas no § 1º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de Abril de 2021.

A CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias, prorrogáveis por igual período, posteriores à assinatura do contrato, para apresentação da garantia contratual.

A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente (art. 100º da lei 14.133/21).

DOS MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário. A empresa assumirá a responsabilidade e o ônus pelo fornecimento de todos os equipamentos, ferramentas e insumos necessários à execução dos serviços.

É vedado o emprego de materiais reconicionados ou de segunda mão, devendo a empresa sempre empregar no serviço materiais novos e de boa qualidade comprovada, seguindo

rigorosamente às especificações do fabricante, e principalmente, as contidas no presente Projeto Básico, sob pena de infração contratual sujeita à multa prevista em lei.

Correrá por conta e risco da empresa a substituição de materiais, ferramentas, equipamentos e insumos considerados impróprios pelos fiscais de obra da SESDEC/RO. Caso haja impugnação de algum item, por parte da fiscalização da SESDEC/RO a empresa ficará obrigada a substituí-lo no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.

Serão de responsabilidade integral da empresa, o transporte e o manuseio dos materiais utilizados na execução dos serviços, até a entrega e aceitação final (recebimento definitivo) por parte da **SESDEC/RO**.

DAS OBRIGAÇÕES/DEVERES

Além dos encargos determinados neste certame, por Lei, Decretos, Normas e/ou regulamentos, nos deveres e obrigações das partes se incluem:

Do Contratante

À contratante obriga-se, nos seguintes termos:

Caberá à contratante fornecer as informações necessárias para a realização dos trabalhos.

Permitir acesso dos empregados da empresa CONTRATADA, e eventuais Subcontratadas, às suas dependências para a execução dos serviços, portando obrigatoriamente os crachás funcionais da empresa.

Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos técnicos da empresa;

Efetuar inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais;

Exercer fiscalização e supervisão dos serviços prestados podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas neste Projeto Básico;

Proporcionar todas as facilidades para que a empresa possa cumprir suas obrigações, dentro das normas e condições contratuais;

Comunicar a empresa qualquer falha verificada no cumprimento do especificado neste Projeto Básico;

Rejeitar todo ou em parte do material entregue em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa;

Cumprir e fazer cumprir o disposto nas disposições deste Projeto Básico podendo aplicar as penalidades previstas em lei pelo não cumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços;

Receber as Notas Fiscais/Faturas e conferir se está em conformidade com os materiais. Devendo posteriormente, encaminhá-la para pagamento, de acordo com as condições de pagamento.

Exigir, a qualquer tempo, a comprovação das condições da empresa que ensejaram sua contratação, notadamente no tocante a qualificação técnica/econômica/financeira, bem como as condições de habilitação exigidas na licitação.

É compromisso do Contratante, o fiel cumprimento das obrigações pactuadas, a prestação de todas as informações indispensáveis a regular execução das obras, o pagamento oportuno das parcelas devidas, e ainda, a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, seu registro e a devida publicação no Diário Oficial do Estado de Rondônia – DOE.

O fiel cumprimento das obrigações pactuadas no CONTRATO, como também o fiel pagamento das parcelas devidas;

Exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases da execução do presente objeto;

A preservação do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, seu registro e a devida publicação no Diário Oficial do Estado de Rondônia.

Da Contratada

São obrigações da contratada, além daquelas exigidas em Lei 14.133/21:

Art. 45. As licitações de obras e serviços de engenharia devem respeitar, especialmente, as normas relativas a:

I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;

II - mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

III - utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais;

IV - avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística;

V - proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas;

VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

À CONTRATADA incumbe o dever de observar integralmente as disposições legais relativas à reserva de cargos destinados a pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, conforme estabelecido no Inciso XVII do Artigo 92 da Lei nº 14.133/21, bem como quaisquer outras normativas pertinentes.

Compete à CONTRATADA, antes de iniciar os serviços, fazer minucioso exame das especificações de modo a poder, em tempo hábil e por escrito, apresentar aos componentes da equipe de fiscalização, todas as dúvidas por ventura encontradas para devido esclarecimento e aprovação.

Apresentar novo cronograma físico-financeiro para a obra antes de emissão da Ordem de Serviços, mantendo-se o prazo total de execução, que servirá para as previsões de desembolso da CONTRATADA, e importante, será o balizador para aplicação das multas por atrasos, seja por atraso de etapas ou de prazo. Caso a empresa não tenha interesse em fazê-lo, o cronograma físico-financeiro inicial continuará sendo o balizador.

Apresentar à FISCALIZAÇÃO todos os materiais a serem empregados na obra em suas embalagens originais para que possam ser aprovados antes da sua utilização.

Empregar materiais de acordo com as especificações técnicas e as indicações de projeto – respeitadas as marcas, tipos, modelos, cores, dimensões, etc., independente de consulta. Sua substituição por similares deverá ser previamente aprovada através de consulta feita por escrito e encaminhada à FISCALIZAÇÃO, obrigando-se a CONTRATADA a demonstrar a similaridade do material ou equipamento proposto mediante a apresentação de laudos comprobatório ou testes de ensaio, de institutos idôneos e reconhecidos.

Assumir total e integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, bem como pelos danos decorrentes de realização destes trabalhos, sob critérios da Lei 14.133/21, observado o artigo 618, parágrafo único, do Código Civil.

Prestar à obra toda a assistência técnica e administrativa necessária, adquirindo e mantendo durante a execução dos serviços todo pessoal especializado e materiais necessários a uma execução perfeita e dentro dos prazos estabelecidos, além de equipamentos destinados ao atendimento de emergência, incluindo os de proteção contra incêndio e acidente de trabalho – EPI e EPC.

Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO, facultando seu acesso a qualquer parte da obra para inspeção de serviços ou materiais, inclusive locais fora do canteiro como depósitos ou oficinas, onde estejam armazenados ou em fabricação materiais para emprego na obra.

Responsabilizar-se pelas instalações de água, esgoto, luz, força e telefone, pelo transporte de operários, equipamentos e materiais, dentro e fora do canteiro de obras, pela manutenção do canteiro permanentemente em condições de higiene, pela sinalização de segurança e circulação.

Comunicar à Administração, por escrito e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer alterações ou acontecimentos que impeçam, mesmo que temporariamente, a CONTRATADA de cumprir seus deveres e responsabilidades relativas à execução do presente, total ou parcialmente, por motivo superveniente.

Compromete a não fazer uso dos materiais e informações do presente objeto para outra finalidade, senão as propostas neste PROJETO BÁSICO, sob a responsabilidade de sofrer sanções legais.

Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes às obrigações fiscal, social, tributária e ainda por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros em virtude da execução dos serviços a seu cargo, respondendo por si.

Responsabilizar-se, e a seu ônus, pela aprovação/autorização dos projetos junto aos órgãos regulares/fiscalização/concessionários, além de providenciar todas as licenças e franquias previstas em lei necessárias à execução dos serviços contratados, incluindo os pagamentos exigidos e observados nas leis, regulamentos e posturas referentes à obras e segurança pública.

Obriga-se a refazer os trabalhos condenados pela FISCALIZAÇÃO, ficando por sua conta exclusiva as despesas decorrentes dessas providências.

Providenciar Livro de Registro da Obra, a ser mantido no escritório do canteiro, tendo todas as folhas sequencialmente numeradas e visadas diariamente com os apontamento das ocorrências e pessoal, todas as ordens da FISCALIZAÇÃO à CONTRATADA serão ali escritas.

Não realizar alteração do projeto sem a autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO no Livro de Registro da Obra.

Saber que é parte integrante das especificações técnicas, mesmo não estando anexadas, as Normas Técnicas e Métodos Brasileiros aprovados ou recomendados pela ABNT, bem como as normas ou regulamentos das Concessionários, que deverão ser rigorosamente seguidos.

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Fazer, impreterivelmente, no prazo de 10 (dez) dias entre a assinatura do Contrato e o início da obra, minucioso exame das especificações e projetos, de modo a poder, em tempo hábil e por escrito, apresentar à fiscalização, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas, para devido esclarecimento e aprovação, sob pena de preclusão.

Responsabiliza-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, regularidade ambiental, tributária e trabalhista de seus empregados, bem como por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, inclusive com iluminação e ainda por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros em virtude da execução dos serviços a seu cargo, respondendo por si e por seus sucessores.

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas no total ou em parte, o objetivo desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou de má qualidade dos materiais empregados, até o prazo de 5 (cinco) anos, na forma do art. 618, do Código Civil Brasileiro, sem ônus para a PMRO.

Também assim, garantir durante a execução, a proteção e a conservação dos serviços executados, até o seu recebimentos definitivo.

Manter a guarda da obra, até o seu final e o definitivo recebimento e a comprovação de funcionalidade da obra pela PMRO.

Adquirir e manter permanentemente no escritório da obra, um livro de ocorrência sem rasuras ou entrelinhas, para registro obrigatória de todas e quaisquer ocorrências que mereçam destaque e ART de execução da obra devidamente registrada.

Deverá manter permanentemente no canteiro de obras, engenheiro residente com plenos poderes de decisão na área técnica e com registro junto ao CREA/RO.

Executar às suas expensas, todas as sondagens e escavação exploratório que se fizerem necessário e indispensáveis à execução da obra.

Conduzir a execução da obra pactuada em estrita conformidade com o projeto básico ou executivo aprovado pelo Contratante, guardadas as normas técnicas pertinentes à natureza e a finalidade de empreendimentos.

Assumir toda a responsabilidade civil sobre a execução da obra, objeto desta licitação.

Contratar todos os seguros exigidos pela legislação brasileira, inclusive os pertinentes a danos a terceiros, acidente de trabalho, danos materiais a propriedades alheias e os relativos a veículos e equipamentos.

Além dos equipamentos e vestimentas exigidos por lei e norma da segurança (Lei nº 6.514 de 22 de dezembro de 1977 e Norma Regulamentadora nº 06/78), os funcionários deverão apresentar-se uniformizados.

Permitir e facilitar a inspeção da fiscalização, inclusive prestar informações e esclarecimento quando solicitados, sobre quaisquer procedimento atinentes a execução da obra.

A Contratada é obrigada a colocar e manter no local da obra, placa discriminando o objeto e o número do Contrato, com o respectivo valor, encabeçada do “*slogan*” GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA.

Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, compatíveis com as obrigações por esta assumida (art. 67 da Lei nº 14.133/2021).

Na ausência de luz solar, nos serviços de pequena duração que envolva riscos de acidentes, as placas de sinais verticais deverão ser preferencialmente assentadas em bases de fácil transporte e não fixados ao solo. O uso de cavaletes e cones destina-se principalmente para orientar o fluxo dos veículos, em decorrência de interdições das vias.

A Contratada será responsabilizada por todo e qualquer acidente causado a algum usuário da via, em que seja constatada como causa a ausência de sinalização. Devendo assim manter o local da obra devidamente sinalizado.

Os serviços de implantação de tachas ou serviços de pintura de faixas, setas, zebrados, pórticos, etc, somente deverão ser iniciados após a instalação da sinalização de segurança (cones, cavaletes e dispositivos refletivos e piscantes), fornecidos pelo Contratada. Além disso, todos os funcionários deverão usar uniformes, coletes refletivos e crachás de identificação, preso no uniforme em local visível, no desenvolvimento dos serviços, quando couber.

A Contratada só deverá iniciar a obra após a colocação das placas de sinalização e dispositivos de segurança de obras, os quais deverão ser mantidos e conservados durante toda obra, tanto no que se refere à limpeza dos dispositivos, para sua boa visualização, quanto à imediata reposição dos materiais danificados.

A Contratada deverá comunicar imediatamente à fiscalização, sempre que for verificado o aparecimento de interferência que impeçam o desenvolvimento normal dos serviços e principalmente nos casos em que sua continuidade gere situações de insegurança e risco de vida.

Os danos causados a bens públicos ou de terceiros, acidentes com funcionários e/ou com o envolvimento de terceiros, correrão sob responsabilidade da Contratada. A esta caberá também os eventuais ressarcimentos financeiros às vítimas dos danos.

Correm por conta da Contratada todas as despesas com os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas e especificações da ABNT, para a boa execução do objeto do contrato.

Percentual disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei Estadual nº 2.134, de 2009;
- Observar todo o disposto no Decreto Estadual nº 25.783, de 1º de fevereiro de 2021;

A contratada se obriga a elaborar e/ou às suas custas todas as Certidões, documentos e projetos exigidos para o perfeito e contínuo desenvolvimento das obras, inclusive ambientais, assim como todos os pré-requisitos necessários e suficientes para a regularização do objeto nas diversas esferas públicas, inclusive junto a Prefeitura Municipal - para fins de Alvará de Construção até a emissão do "habite-se".

A contratada se obriga a elaborar, às suas custas o Projeto Executivo, conforme § 4º do Art. 14 da Lei 14.133/21 e Instruções Normativas do TCE/RO.

A Contratada assumirá integralmente a responsabilidade pelos riscos a ela exclusivamente atribuídos na Matriz de Alocação de Riscos, sem direito a qualquer compensação. Nos riscos concorrentes, a Contratada atuará ativamente com a Administração na sua gestão e mitigação.

DA SUBCONTRATAÇÃO

Disposições Gerais

Nos termos do artigo 122 da Lei Federal nº 14.133/2021, combinado com o artigo 67, §9º, do Novo Estatuto de Licitações, será admitida a subcontratação de serviços no âmbito deste contrato, limitada ao percentual máximo de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor total do orçamento.

A subcontratação justifica-se em razão do volume e das especificidades dos serviços a serem executados, que envolvem áreas de domínio técnico especializado, tais como:

Instalação de estruturas metálicas;

Execução de gramado e jardinagem;

Outros serviços que se mostrarem pertinentes e necessários à boa execução da obra.

Condições para Subcontratação

A subcontratação dependerá de autorização prévia e expressa da Contratante, a quem caberá avaliar se a empresa subcontratada atende aos requisitos de qualificação técnica exigidos para a execução da parcela do objeto contratual.

É vedada a sub-rogação total ou parcial da obrigação principal assumida pela Contratada.

Para obras públicas, somente será autorizada a subcontratação de empresas que aceitem, expressamente, o cumprimento das cláusulas assecuratórias de direitos trabalhistas, conforme previsto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018.

Responsabilidades da Contratada

A subcontratação não exclui a responsabilidade integral da Contratada perante a Contratante quanto à qualidade técnica da obra ou do serviço prestado.

A assinatura do contrato será de responsabilidade exclusiva da empresa vencedora da licitação, mesmo que haja indicação de subcontratadas para a execução de partes específicas do objeto.

A Contratada deverá assegurar que seus funcionários e os das subcontratadas estejam devidamente identificados com crachás legíveis, contendo nome, cargo e a empresa a que pertencem.

A Contratada compromete-se a subcontratar apenas empresas que estejam com regularidade jurídica, fiscal, previdenciária e trabalhista devidamente comprovada.

Substituição da Subcontratada

Em caso de extinção da subcontratação, a Contratada deverá providenciar a substituição da subcontratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a conclusão dos serviços.

Caso não seja possível substituir a subcontratada no prazo estabelecido, a Contratada deverá executar diretamente os serviços ou demonstrar a inviabilidade da substituição perante a Contratante. O não cumprimento dessa obrigação poderá resultar em rescisão contratual e aplicação das sanções cabíveis.

Regras para Execução e Segurança no Trabalho

A Contratada e as subcontratadas deverão cumprir integralmente a legislação de Segurança e Medicina do Trabalho, assegurando que seus colaboradores utilizem os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários e realizem os testes exigidos pela legislação.

Os vícios de adequação, desempenho, durabilidade ou eventuais defeitos de fabricação detectados nos serviços prestados deverão ser corrigidos no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da Contratante.

Recursos Humanos e Qualificação Técnica

A Contratada deverá disponibilizar recursos humanos próprios em quantidade mínima suficiente para garantir a eficiência e a continuidade dos serviços, sempre empregando mão de obra qualificada e especializada.

As subcontratadas deverão comprovar, perante a Contratada, sua regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária durante toda a vigência do contrato.

Responsabilidade pela Coordenação e Supervisão

Em qualquer hipótese de subcontratação, a Contratada permanecerá responsável por:

Supervisionar e coordenar as atividades das subcontratadas;

Garantir a padronização, compatibilidade e qualidade dos serviços executados;

Responder integralmente perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais, incluindo aquelas relacionadas às parcelas subcontratadas.

DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

A fiscalização do contrato para a construção do Centro de Treinamento para as Forças de Segurança Pública "Capitão Sílvio" no município de Ariquemes, Rondônia, será realizada conforme as diretrizes da **Lei Federal nº 14.133/2021**, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos, e do **Decreto Estadual nº 28.874/2024**, que regulamenta as contratações públicas no âmbito do Estado de Rondônia.

O objetivo da fiscalização é assegurar que a execução da obra atenda às condições estabelecidas no contrato, ao Projeto Básico, ao Cronograma Físico-Financeiro e às demais exigências legais e contratuais.

Comissão de Fiscalização

A fiscalização será exercida por uma comissão composta por **3 (três) ou mais servidores** da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania do Estado de Rondônia - SESDEC/RO, nomeados por ato específico, em conformidade com as normas previstas na **Lei nº 14.133/2021** e no **Decreto Estadual nº 28.874/2024**.

Compete à comissão:

- Acompanhar e monitorar a execução dos serviços contratados;
- Avaliar a conformidade e a qualidade da obra em todas as suas etapas;
- Esclarecer dúvidas e solucionar eventuais pendências surgidas durante a execução;
- Determinar ações corretivas para sanar falhas, omissões ou não conformidades;
- Garantir que os serviços sejam executados conforme o Projeto Básico e o Cronograma Físico-Financeiro.

Responsabilidade da Empresa Contratada

Em conformidade com o disposto na **Lei nº 14.133/2021**, a presença da fiscalização não exime nem reduz a responsabilidade da empresa contratada. A contratada permanece plenamente responsável:

- Pela execução adequada e fiel do objeto contratado;
- Pela qualidade dos materiais e equipamentos empregados;
- Pela correção de falhas, defeitos ou imperfeições constatadas durante a execução e o período de garantia;
- Pela responsabilidade perante terceiros, em função de eventuais danos ou irregularidades decorrentes da obra.

Fica expressamente vedada a transferência de responsabilidade para fornecedores, fabricantes ou terceiros envolvidos na execução do contrato.

Competência e Limitações da Fiscalização

A comissão de fiscalização poderá emitir orientações e solicitar providências à empresa contratada, desde que dentro de sua competência. Decisões que excedam a competência da comissão serão encaminhadas, em tempo hábil, às instâncias superiores da SESDEC/RO, para a adoção das medidas necessárias.

Rejeição de Serviços e Medidas Corretivas

A SESDEC/RO se reserva o direito de:

- Rejeitar total ou parcialmente os serviços que estejam em desacordo com o contrato, o Projeto Básico ou as especificações técnicas;
- Exigir a imediata correção, substituição ou reaplicação de quaisquer serviços considerados defeituosos ou fora das exigências contratuais, sem que isso implique custos adicionais à Administração Pública;
- Aplicar sanções administrativas previstas no contrato e na legislação vigente, em caso de descumprimento das obrigações contratuais.

Aspectos Administrativos, Técnicos e de Gestão Contratual

A fiscalização do contrato será conduzida sob três vertentes principais, conforme estabelecem a **Lei nº 14.133/2021** e o **Decreto Estadual nº 28.874/2024**:

Administrativa: Controle dos prazos, medições, cronogramas, documentações, garantias contratuais e demais cláusulas administrativas.

Técnica: Verificação da execução da obra conforme as especificações técnicas, padrões de qualidade exigidos e normas aplicáveis.

Gestão Contratual: Monitoramento dos custos, do cumprimento do cronograma físico-financeiro e da adoção de medidas preventivas para evitar atrasos, desvios e não conformidades.

O gestor e o fiscal do contrato, designados pela SESDEC/RO, terão autonomia para adotar as medidas necessárias ao fiel cumprimento das obrigações contratuais, zelando pela boa execução do objeto contratado.

DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

O recebimento dos serviços será efetuado por uma Comissão de Fiscalização, Exame, Entrega e Recebimento, integrada por 3 (três) ou mais engenheiros, nomeados pela **SESDEC/RO** para tal finalidade, acompanhados do responsável técnico da Empresa CONTRATADA, observando as disposições contidas no edital e no artigo 140 da lei 14.133/2021.

O recebimento e a aceitação dos serviços dar-se-ão da seguinte forma:

Provisório: em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data da comunicação, por escrito, da conclusão dos serviços pela empresa, após a realização de teste de conformidade e verificação das especificações técnicas do Projeto Básico, que será efetivado pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes;

Os materiais e equipamentos fornecidos e/ou serviços executados pela CONTRATADA, que não satisfizerem as condições de recebimento, serão recusados pela fiscalização e deverão ser substituídos e/ou refeitos.

Se após o Recebimento Provisório for identificada qualquer falha na execução, cuja responsabilidade seja atribuída à empresa, o prazo para a efetivação do Recebimento Definitivo ficará suspenso até o saneamento das impropriedades detectadas.

Definitivo: decorridos no máximo 60 (sessenta) dias, da data de expedição do Termo de Recebimento Provisório. Ocasão em que os serviços serão novamente inspecionados para fins de aceitação definitiva, sendo, a seguir, lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, desde que tenham sido atendidas todas as reclamações das falhas de execução e exigências contratuais. Se o objeto estiver de acordo com as especificações contratuais será emitido o Termo de Recebimento Definitivo do serviço por comissão ou servidor devidamente designado, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes contratantes, do contrário, não se emitirá o referido termo e a Contratante procederá da seguinte forma:

Na hipótese de a Contratante verificar que o objeto deste Projeto não foi perfeitamente executado, mas que se mostra possível sua adequação aos termos pactuados, mediante ajustes, fixará prazo para que a Contratada, às expensas desta, venha a reparar as imperfeições verificadas, observando o disposto no art. 119 da Lei nº 14.133/21.

Se a Contratada realizar os reparos necessários dentro do prazo estipulado, adequando o objeto do projeto aos termos pactuados, o Gestor do Contrato emitirá o Termo de Recebimento Definitivo; e

Caso se verifique que não se mostra possível a adequação do objeto do projeto ou que, mesmo depois de concedido prazo para reparações, não foi alcançado o resultado esperado, será cabível a rescisão unilateral do Contrato, com base no que dispõe o art. 104, inc. II, da Lei nº 14.133/21, bem como a aplicação de penalidades, conforme o disposto no *art. 156 da referida Lei*, com abertura de processo administrativo em que se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

Após o recebimento definitivo do objeto, não poderá a Contratante, impor a execução correta do Projeto à Contratada, a não ser que exista algum vício oculto que, no momento da análise para o recebimento definitivo, não poderia ter sido verificado.

O recebimento provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez e segurança dos serviços executados, nem a ética profissional pela execução do objeto deste Projeto.

DAS MEDIÇÕES

As medições dos serviços executados serão realizadas, mensalmente, pelos Fiscais Técnicos do Contrato, acompanhado pelo Responsável Técnico da Empresa.

As medições deverão ser elaboradas para o período máximo de 30 (trinta) dias, sempre dentro do mesmo mês.

A Administração local da obra do canteiro central, será medido por percentual da obra executada, em conformidade com o estabelecido no ACÓRDÃO Nº 2.622/2013 – TCU – Plenário:

"Acórdão TCU 2.622/2013 – Plenário: “9.3.2.2. estabelecer, nos editais de licitação, critério objetivo de medição para a administração local, estipulando pagamentos proporcionais à execução financeira da obra, abstendo-se de utilizar critério de pagamento para esse item como um valor mensal fixo, evitando-se, assim, desembolsos indevidos de administração local em virtude de atrasos ou de prorrogações injustificadas do prazo de execução contratual, com fundamento no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e nos arts. 5º Inciso V, 103 e 141 §1º, Inciso III da Lei n. 14.133/2021”.

As medições serão de acordo com os parâmetros das etapas do cronograma do contrato com as unidades de medição dos serviços, com exceção da medição da administração local que será como segue: "A medição da Administração Local como um montante físico mensal pode distorcer os pagamentos e levar ao recebimento indevido de valores pelo construtor, quando este reduz o ritmo da execução da obra". Para evitar tal possibilidade, o TCU recomenda que o pagamento deste item como uma proporção da execução financeira dos demais serviços da obra. Assim, se o construtor executou 9% do valor da obra em determinado mês, por exemplo, terá direito a 9% do pagamento previsto contratualmente para a Administração Local.

DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado após cada **etapa da obra** concluída, exceto para os itens da administração local que serão efetuados proporcionalmente à execução financeira da obra, conforme Acórdão TCU 2.622/2013. Somente após medidos e aceitos os serviços pela comissão de fiscalização designada pela **SESDEC/RO**, que conferirá e atestará a sua **execução em conformidade com as etapas da obra concluídas**, bem como de acordo com os cronogramas físico-financeiro.

As etapas da obra compreenderão: no mínimo o **objetivo principal de cada item e ou subitem** da Planilha Sintética **executados por completo**. Não serão contabilizados os serviços parcialmente executados constantes nos subitens da planilha sintética executados, para fins de medição.

As medições serão executadas por etapas de obra concluída conforme recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU) para obras públicas (Obras públicas: recomendações básicas para a contratação e fiscalização de obras públicas. Tribunal de Contas da União. – 3. ed. Brasília : TCU, SecobEdif, 2013, p. 93).

Serão consideradas etapas concluídas para fim de pagamento à contratada: a conclusão completa do objetivo do item da planilha, não sendo admitida medição por unidade de medida.

O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal/fatura correspondente à etapa da obra concluída e apresentação por parte da contratada da documentação completa de suas obrigações, mediante apresentação de provas de recolhimento previdenciários e fiscais, a que estiver sujeita a Contratada e comprovada a identificação da obra.

Antes da entrega da documentação completa pela contratada não se iniciará a contagem do prazo de 15 (quinze) dias.

A CONTRATADA deverá apresentar obrigatoriamente, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, as Certidões/Guias constantes do PROJETO BÁSICO demonstrando sua regularidade fiscal.

Caso haja impedimento para a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao fornecedor e o pagamento ficará pendente, até que se providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus à SESDEC/RO.

A Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania do Estado de Rondônia - **SESDEC/RO** reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se os dados da CONTRATADA e, ainda, se for constatado, que os serviços executados não correspondam às especificações apresentadas na proposta, constantes deste Projeto Básico e seus anexos.

DO REAJUSTE DO CONTRATO

A base de dados da planilha orçamentária estimativa é a referência de **março de 2025**, constante da **tabela SINAPI/RO**, e **janeiro de 2025**, constante na **tabela SICRO**, conforme parágrafo § 4, do artigo 31, decreto 28.874/2024, e servirá como parâmetro para orientação dos licitantes. Estes dados serão utilizados para fins de reajuste, conforme disposto na Cláusula de Reajuste do Edital.

Caso, entre a apresentação da proposta e a assinatura do contrato, ocorram fatos supervenientes que impactem significativamente os custos estimados, a contratada poderá solicitar a revisão da proposta, devidamente justificada, para apreciação e deliberação da Administração. A ausência de manifestação será interpretada como concordância com os valores originalmente ofertados.

CrITÉrios e Forma de Reajuste

Os preços contratuais, expressos em reais, serão reajustados após decorrido **1 (um) ano** do mês-base da proposta, com referência ao orçamento preestabelecido. O reajuste será aplicado com base no **Índice Nacional da Construção Civil (INCC)**, coluna 35, divulgado pela **Fundação Getúlio Vargas (FGV)**, em conformidade com o artigo 3º, § 1º da **Lei nº 10.192/2001** e com as diretrizes do **Decreto nº 28.874/2024** do Estado de Rondônia.

O reajuste será aplicável apenas às parcelas com execução prevista após o período de 12 (doze) meses e desde que não haja inadimplência da contratada quanto às suas obrigações no cronograma físico-financeiro aprovado pela **Secretaria Executiva**.

Fórmula de Cálculo do Reajuste

O cálculo do reajuste dos preços unitários contratuais será realizado pela fórmula abaixo:

$$R = \frac{I_i - I_o}{I_o} \times V$$

Onde:

R = Valor da parcela reajustada;

V = Valor inicial da parcela do contrato a ser reajustado;

I_o = Índice de preço referente à base de dados do orçamento;

I_i = Índice de preço referente ao mês de reajuste.

Caso o índice de reajuste seja extinto ou se torne inaplicável, será utilizado o índice substituto definido pela legislação vigente. Na ausência de previsão legal, as partes acordarão um novo índice oficial.

Condições para Aplicação do Reajuste

O reajuste incidirá apenas sobre as parcelas cuja execução está prevista para além da base de dados estabelecida;

Não será aplicado reajuste às etapas previstas para conclusão antes da base de dados, ainda que não concluídas em tempo, por responsabilidade da contratada;

Não serão incluídas taxas financeiras tais como juros, despesas bancárias ou similares no cálculo do reajuste;

Havendo atraso na divulgação do índice, será aplicado provisoriamente o índice anual vigente, com posterior quitação da diferença apurada após publicação do índice definitivo;

O contratado deverá apresentar **memória de cálculo detalhada** sempre que houver solicitação de reajuste, sob pena de não reconhecimento da atualização pretendida;

Obras ou serviços entregues com atraso imputável à contratada não gerarão direito a reajuste ou atualização monetária.

Restabelecimento do Equilíbrio Econômico-Financeiro

Nos casos de pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, aplica-se o disposto no artigo 132 da **Lei nº 14.133/2021**, em conjunto com o artigo 150 do **Decreto nº 28.874/2024**, os quais estabelecem que a formalização do termo aditivo é condição necessária para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela administração durante a vigência do contrato. Excepcionalmente, em situações justificadas que exijam a antecipação dos efeitos do aditivo, a formalização deverá ser concluída no prazo máximo de **1 (um) mês**.

DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, previamente, a CONTRATADA deverá atender aos requisitos previstos nos Artigos 62 a 70 da Lei 14.133/21, relativamente à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira, qualificação operacional e qualificação técnica.

Habilitação Jurídica:

Cédula de identificação dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa, se for o caso;

Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado;

Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social ou outro instrumento equivalente, com todas as suas alterações em vigor, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, nos termos do art. 63, I, da Lei nº 14.133/21;

Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, na forma do art. 68, inciso VI, da Lei nº 14.133/21.

Regularidade Fiscal e Trabalhista:

Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

Certificado de Regularidade de Situação – CRS, relativo ao FGTS, podendo ser Certidão Positiva com Efeito de Negativa, quando couber;

Certidão Negativa de Débito – CND, relativa à Seguridade Social-INSS, podendo ser Certidão Positiva com Efeito da Negativa, quando couber;

Certidão Negativa de Tributos Estaduais e/ou Certidão de Tributos e Contribuição Municipais, podendo ser Certidão Positiva com Efeito de Negativa, quando couber;

Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos e Dívida Ativa da União, podendo ser Certidão Positiva com Efeito de Negativa, quando couber.

DAS QUALIFICAÇÕES DA EMPRESA

Qualificação Econômico Financeira

Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor central do Fórum da sede da empresa Licitante, com data não anterior a 90 (noventa) dias antes da data de apresentação dos Documentos de Habilitação quando não determinado no corpo da certidão;

Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado na Junta Comercial do Estado, para que o Presidente possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídas há mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídas há menos de um ano), de 10% (dez por cento) do valor estimado do item que o licitante estiver participando. (§4º. art. 69 Lei Federal 14.133/2021).

Qualificação Operacional da Empresa

As exigências se darão na forma do Art. 67 da Lei N.º 14.133/21, e deverão ser apresentados atestados da seguinte forma:

Registro ou inscrição da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), dentro de seu prazo de validade, observando as normas vigentes estabelecidas pelo Conselho de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU/BR;

Quando da execução do Contrato, caso haja necessidade de substituição do Responsável Técnico ou outros habilitados na licitação, deverá ser solicitado autorização prévia da Administração, que analisará as condições e procederá a autorização da referida substituição;

Acervo técnico do(s) profissional(is) que será(ão) o(s) responsável(is) técnico pela obra, por execução de obras ou serviços de características semelhantes ao objeto da licitação, quais sejam conforme este projeto básico e seus anexos.

A comprovação de que o(s) responsável(is) técnico(s) pertence(m) ao quadro permanente da empresa poderá ser feita através de uma das seguintes formas:

- Cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste o licitante como contratante;
- Certidão de Registro da licitante junto ao CREA em que conste o profissional como responsável técnico;
- Cópia do Contrato Social do licitante em que conste o profissional como sócio;
- Contrato de Prestação de Serviços, vigente na data da licitação;
- Contrato de Trabalho Registrado na DRT; ou
- Declaração formal indicando o profissional que será o responsável técnico pela obra, no caso do objeto contratual vir a ser a esta adjudicada.

Atestado de Capacidade Técnica (ACT) em nome da licitante emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde comprove a execução de obra com características semelhante ao objeto da licitação, admitindo-se somatório de atestados sequenciais, mesmo que realizados em períodos distintos;

Relação explícita, bem como, declaração formal de disponibilidade das instalações, do aparelhamento, ferramental, veículos e do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da presente licitação e, ainda, a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que atuarão na execução dos trabalhos, evidenciando declaração expressa de que o(s) responsável(eis) Técnico não possui vínculo com o Governo do Estado de Rondônia;

A SESDEC/RO tem a prerrogativa de aferir a capacidade técnica operacional da empresa por meio de uma vistoria às instalações físicas, a fim de comprovar as condições operacionais e a existência física daquela.

Todas as empresas deverão apresentar, sob pena de inabilitação, junto a sua documentação de habilitação uma declaração de conhecimento prévio de todos os aspectos relevantes que envolvem a execução dos serviços, informações e condições físicas, ambientais, logísticas, de mão-de-obra, econômica e social da área de execução dos serviços, podendo a referida declaração ser firmada em modelo próprio da empresa licitante. Assim, a empresa vencedora, não poderá alegar, em nenhuma hipótese, o desconhecimento das particularidades regionais relativas às condições de realização do serviço como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência do presente certame.

Nos atestados de obras/serviços/projetos executados em consórcio serão considerados, para comprovação dos quantitativos, os serviços executados pela licitante que sejam discriminados separadamente no atestado técnico, para cada participante do consórcio.

Se as quantidades de serviços não estiverem discriminadas no corpo da certidão/atestado/declaração, serão considerados quantitativos comprovados pelos atestados na proporção da participação da licitante na composição inicial do consórcio.

Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, deverá ser juntada à certidão/atestado/declaração, cópia do instrumento de constituição do consórcio.

Qualificação técnica da empresa

A qualificação técnica será exigida em conformidade com o art. 67 da Lei nº 14.133/21.

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

- I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

Atestado de Capacidade Técnica (ACT) em nome da licitante emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde comprove a execução de obra com características semelhante ao objeto da licitação, admitindo-se somatório de atestados sequenciais, mesmo que realizados em períodos distintos:

1ª ETAPA	UND	QTD
Execução de alvenaria de vedação de blocos cerâmicos.	m²	336,05
Execução de revestimento cerâmico tipo porcelanato.	m²	169,23
Execução de estrutura metálica.	m²	137,16

2ª ETAPA	UND	QTD
Execução impermeabilização de superfície com manta asfáltica.	m²	230,07
Execução de pavimento em piso intertravado.	m²	409,17
Execução piso em pedra assentado sobre argamassa.	m²	118,18

Capacitação técnico-profissional, que diz respeito às pessoas físicas indicadas pela contratada.

Quando da execução do Contrato, caso haja necessidade de substituição do Responsável Técnico ou outros habilitados na licitação, deverá ser solicitado autorização prévia da Administração, que analisará as condições e procederá a autorização da referida substituição.

No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, todos serão inabilitados.

Os atestados serão aceitos somente quando houver a indicação do nº da ART/RRT que lhe deu origem ou acompanhado do acervo técnico do profissional, referente ao atestado apresentado, nos termos do art. Art. 67 da Lei N.º 14.133/21.

PARA TRAMITAÇÃO DOS PAGAMENTOS SERÃO EXIGIDOS OS DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES, CONFORME O QUE SE SEGUE NA PRIMEIRA MEDIÇÃO

Inscrição do contrato na Seguridade Social, Matrícula INSS (CEI) nº...;

Comprovante de registro dos servidores no CREA/RO – ART (Autenticada) nº...;

Relatório: PPRA/PCMAT devidamente assinado pelo Engenheiro do Trabalho e Fiscais da PMRO com comprovante de registro no CREA/RO – ART (Autenticada) Nº...;

Relatório: PCMSO devidamente assinado pelo Médico do Trabalho e Fiscais da PMRO;

Certidão negativa da Fazenda Estadual;

Certidão negativa da Receita Federal;

Certidão da Dívida Ativa da União;

Certidão negativa do INSS;

Certidão negativa municipal;

Certidão de Regularidade do FGTS;

Guia GPS INSS (original/autenticada);

Guia GFIP INSS (original/autenticada);

Certidão Negativa de Débitos Fiscais Trabalhistas – CNDT.

A PARTIR DA SEGUNDA MEDIÇÃO:

Recolhimento do ISS-QN da Prefeitura;

Certidão negativa da Fazenda Estadual;

Certidão negativa da Receita Federal;

Certidão da Dívida Ativa da União;

Certidão negativa do CNO;

Certidão negativa municipal;

Certidão de Regularização do FGTS;

Recolhimento ISS Prefeitura;

Guia GPS INSS (original/autenticada);

Guia GFIP INSS (original/autenticada);

Certidão Negativa de Débitos Fiscais Trabalhistas – CNDT.

Toda e qualquer modificação, redução ou acréscimo nas disposições do Contrato será formalizada através de Termo Aditivo, conforme legislação vigente. As alterações no valor do CONTRATO no decorrer de sua vigência obrigam a CONTRATADA a aceitar pelos mesmos preços e nas mesmas condições os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, tudo conforme os termos do Art. 126 da Lei nº 14.133/21 65, até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do CONTRATO. Após, será encaminhado ao Controle Interno a fim de verificar o percentual a ser adquirido, bem como a manutenção da contratação quando a regularidade fiscal.

A contratada se obriga a elaborar e/ou às suas custas todas as Certidões, documentos e projetos exigidos para o perfeito e contínuo desenvolvimento das obras, inclusive ambientais (de instalação e de operação, assim como todos os pré-requisitos necessários e suficientes para a regularização do objeto nas diversas esferas públicas, inclusive junto a Prefeitura Municipal - para fins de Alvará de Construção até a emissão do "habite-se".

A contratada se obriga a elaborar, às suas custas o projeto "As-Built" (conforme construído) como segue: MANUAL DO PROPRIETÁRIO Este documento deve ser elaborado pela

contratada e deve ser entregue para arquivo na SESDEC, ao final da construção de acordo com Norma Brasileira - NBR 14.037 – diretrizes para elaboração de manuais de uso, operação e manutenção das edificações – Requisitos para elaboração e apresentação dos conteúdos. O Manual deve conter, no mínimo:

Cópias de todos os projetos de aprovação (prefeitura, bombeiros, etc...);

Cópias dos projetos como construído ("As-Built") NBR 14.645: Elaboração do “como construído” para edificação;

Alvará e licenças;

Termos de garantia de materiais, máquinas e equipamentos;

Manual de uso e manutenção das máquinas e equipamentos; e

Toda a documentação por meio físico e em mídia digital. De acordo a NBR 14645- Elaboração do “como construído” (as built) para edificação.

DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

Entende-se como garantia, àquela destinada a remover os eventuais defeitos apresentados nos serviços e seus materiais, colocando-os em perfeitas condições de uso, incluindo o fornecimento de materiais.

A CONTRATADA deverá apresentar, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos de garantia, assistência técnica, manutenção e reposição de peças necessárias, inclusive a troca ou reparo de partes que apresentarem problemas de impermeabilização por defeito de fabricação e/ou execução do serviço, prevalecendo o tempo de garantia do fabricante, caso seja maior, contada a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços.

A garantia do Fabricante não excluirá a garantia da CONTRATADA.

DOS CRITÉRIOS DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

No que tange à sustentabilidade ambiental a Contratada é responsável, perante a legislação ambiental aplicável, por todas as obras e instalações de apoio e serviços que estiver realizando/mantendo, bem como pelas consequências legais das omissões ou das ações empreendidas pelos seus empregados e prepostos, em conformidade com as especificações, normas e planos básicos ambientais.

São obrigações da contratada, além daquelas exigidas em Lei 14.133/21:

Art. 45. As licitações de obras e serviços de engenharia devem respeitar, especialmente, as normas relativas a:

I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;

II - mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

III - utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais;

IV - avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística;

V - proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas;

VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

DA COMPOSIÇÃO DO BDI

A composição do BDI detalhando todos os seus componentes em valores nominais, como também sob a forma percentual, está assim definido conforme a planilha BDI de serviços que segue, anexo do presente projeto:

Do BDI Normal

Figura 02 - Composição do BDI da 1ª e 2ª etapa da obra

ALTERAR SOMENTE AS CELULAS AMARELAS				
COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DO BDI - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS				
VALORES DE BDI POR TIPO DE OBRA %				
TIPO DE OBRA	1 Quartil	Médio	3 Quartil	
Construção de Edifícios	20,34	22,12	25,00	
Escolher os parâmetros abaixo dentro do intervalo dos quartis, no entanto sem extrapolar o				
DESCRIÇÃO	VALORES DE REFERÊNCIA - %			BDI ADOTADO %
	1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL	
Administração Central	3,00	4,00	5,50	3,00
Seguro e Garantia (*)	0,80	0,80	1,00	0,80
Risco	0,97	1,27	1,27	0,97
Despesas Financeiras	0,59	1,23	1,39	0,59
Lucro	6,16	7,40	8,96	6,16
Tributos (soma dos itens abaixo)	5,15	6,65	8,65	8,65
COFINS	3,00	3,00	3,00	3,00
PIS	0,65	0,65	0,65	0,65
ISSQN (**)	1,50	3,00	5,00	5,00
TOTAL				22,47
Fonte da composição, valores de referência e fórmula do BDI: Acórdão 2622/2013 - TCU - Plenário				
Os valores de BDI acima foram calculados com emprego da fórmula abaixo:				
$BDI = \left[\frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1 \right] \times 100$				
Onde:				
AC = taxa de rateio da Administração Central;				
DF = taxa das despesas financeiras;				
S = taxa de seguro; R = taxa de risco e G = garantia do empreendimento;				
I = taxa de tributos;				
L = taxa de lucro.				
OBS:				
(*) - PODE HAVER GARANTIA DESDE QUE PREVISTO NO EDITAL DA LICITAÇÃO E NO CONTRATO DE EXECUÇÃO.				
(**) - PODEM SER ACEITOS OUTROS PERCENTUAIS DE ISS DESDE QUE DEVIDAMENTE EMBASADOS NA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL.				
Conforme esse Acórdão, o valor final do BDI também deverá obedecer à faixa de variação				
VALORES DE BDI POR TIPO DE OBRA				
TIPO DE OBRA	1 Quartil	Médio	3 Quartil	
Construção de Edifícios	20,34%	22,12%	25,00%	
Desta forma, após o enquadramento do BDI nos critérios abordados acima e sendo utilizado				
Reiteramos que, por determinação do TCU, não é admitida a inclusão de IRPJ e CSLL no				
Tributos (Confins, PIS e ISSQN) + 4,5% INSS	7,15	8,65	10,65	13,15
TOTAL				28,82
alteração da contribuição de 2 para 4,5 - LEI 13161/2015				

O BDI normal estimado adotado é 22,47% (vinte e dois vírgula quarenta e sete porcentos).

Os custos relativos à administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária,

As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária.

Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI, nos termos do art. 9º, II do Decreto 7.983, de 2013 (TCU, Súmula 254).

Licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária. As empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida no Anexo IV da Lei Complementar 123/2006.

A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae, e etc.), conforme dispõe o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar.

Será utilizada a taxa de BDI do orçamento base da licitação nos casos de aditivos contratuais incluindo novos serviços, sempre que a taxa de BDI adotada pela CONTRATADA for injustificadamente elevada, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e ao art. 14 do Decreto 7.983/2013.

As empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional devem apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS discriminados na composição de seu BDI que sejam compatíveis com as alíquotas a que a empresa está obrigada a recolher, previstas no Anexo IV da Lei Complementar n. 123/2006, bem como que a composição de encargos sociais não inclua os gastos relativos às contribuições que essas empresas estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae e etc.), conforme dispõe o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar - Acórdão Nº 2622/2013 – TCU – Plenário.

Do BDI Diferenciado

Figura 3 - Planilha de composição do BDI Diferenciado

COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DO BDI DIFERENCIADO REFERENCIAL - SEM DESONERAÇÃO

VALORES DE BDI POR TIPO DE OBRA %			
TIPO DE OBRA	1 Quartil	Médio	3 Quartil
Fornecimento de materiais e equipamento	11,10	14,02	16,80

DESCRIÇÃO	VALORES DE REFERÊNCIA - %			BDI ADOTADO %
	1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL	
Administração Central	1,50	3,45	4,49	1,50
Seguro e Garantia (*)	0,30	0,48	0,82	0,30
Risco	0,56	0,85	0,89	0,56
Despesas Financeiras	0,85	0,85	1,11	0,85
Lucro	3,50	5,11	6,22	3,50
Tributos (soma dos itens abaixo)	8,65	8,65	7,65	8,65
COFINS - Contribuição Para o Financiamento	3,00	3,00	3,00	3,00
Seguridade Social	0,65	0,65	0,65	0,65
PIS - Programa de Integração Social	5,00	5,00	4,00	5,00
ISSQN (**) - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	-	-	-	-
CPRB - Contribuição Previdenciária Sobre Receita Bruta	-	-	-	-
TOTAL				16,96

Fonte da composição, valores de referência e fórmula do BDI: Acórdão 2622/2013 - TCU - Plenário

Os valores de BDI acima foram calculados com emprego da fórmula abaixo:

$$BDI = \left[\frac{(1 + (AC + S + R + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1 \right] \times 100$$

Onde:

AC = taxa de rateio da Administração Central;

DF = taxa das despesas financeiras;

S = taxa de seguro; R = taxa de risco e G = garantia do empreendimento;

I = taxa de tributos;

L = taxa de lucro.

OBS:

(*) - PODE HAVER GARANTIA DESDE QUE PREVISTO NO EDITAL DA LICITAÇÃO E NO CONTRATO DE EXECUÇÃO.

(**) - LEI MUNICIPAL Nº 2.117 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

O BDI diferenciado estimado adotado é 16,96%.

Sobre a utilização do BDI diferenciado para o caso concreto, segue:

Nos Acórdãos plenários 1.785/2009 e 2.842/2011, o TCU entendeu que **não se devem aplicar BDI diferenciado aos materiais ordinários de construção, que não podem ser considerados atividade acessória da execução da obra**, pois nada é mais típico à atividade de construção civil do que o fornecimento e instalação desses materiais. [GRIFO NOSSO]

A orientação do TCU de aplicar BDI reduzido se aplicaria no caso de fornecimento de materiais e equipamentos que escapassem à atuação precípua de empresa de construção civil, tais como o fornecimento de grupos geradores de energia, mobiliário, eletrodomésticos etc.”(Fonte: Manual de ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS DE OBRAS PÚBLICAS, TCU, 2014).

Sendo Assim, nos termos de reiterados julgamentos do Tribunal de Contas da União, consolidados pela **Súmula nº 253/2010**:

Comprovada a inviabilidade técnico-econômica de parcelamento do objeto da licitação, os itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica que possam ser fornecidos por empresas com especialidades próprias e diversas e que representem percentual significativo do preço global da obra, devem apresentar incidência de taxa de BDI reduzida em relação à taxa aplicável aos demais itens.

Sobre a aplicação dos tributos, a exclusão do ISS se daria devido a utilização de composição diferenciada do BDI, para o caso de aquisição de **fornecimento de materiais e equipamentos** que escapassem à atuação precípua de empresa de construção civil.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

No processo de aplicação de sanções é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada defesa prévia do interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação/notificação.

A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não retirar a Nota de Empenho, deixar de entregar documentação ou apresentá-la com conteúdo falso, ensejar o retardamento da realização da contratação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do ajuste, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de no mínimo 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos e, se for o caso, será descredenciada do SICAF, sem prejuízo das demais penalidades previstas no Projeto Básico e demais cominações legais aplicáveis.

O atraso injustificado na execução do objeto ou o descumprimento das obrigações estabelecidas sujeitarão a contratada à multa de mora, conforme percentuais e bases de cálculo estabelecidos no item DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, a qual será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, uma vez comunicada oficialmente.

Transcorrido o prazo máximo de 10 (dez) dias de inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá rescindi-lo. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação, aplicar à contratada as seguintes penalidades:

Advertência:

Multa de 05% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total, ou sobre o valor correspondente a parte não executada, no caso de inexecução parcial, a ser recolhida no prazo de quinze dias, contado da comunicação oficial;

Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com o PMRO, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior. (inciso IV, do art. 156, da Lei nº 14.133/21).

A declaração de inidoneidade será aplicada quando constatada má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do CONTRATANTE, atuação com interesses escusos, reincidência em faltas que acarretem prejuízo ao CONTRATANTE ou aplicações anteriores de sucessivas outras sanções, implicando proibição da CONTRATADA de transacionar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, podendo ser aplicada, dentre outros casos, quando:

Tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

Demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com PMRO, em virtude de atos ilícitos praticados;

Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do Contrato, sem consentimento prévio do CONTRATANTE;

Ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei nº 14.133/2021, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do CONTRATANTE após a assinatura do Contrato;

Apresentação, ao CONTRATANTE, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do Contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação.

Se o valor da multa não for pago, será cobrado administrativamente, podendo, ainda, ser cobrado judicialmente. Em caso de negativa de assinatura do termo contratual por parte da licitante vencedora será ela penalizada com multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor da proposta, a ser recolhida no prazo de quinze (quinze) dias, contado da comunicação oficial, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

As sanções de multa podem ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a PMRO e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar e contratar com a União, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas aqui estipuladas e também previstas na Lei 14.133/21.

Os valores das multas aplicadas deverão ser recolhidos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada o valor devido será abatido da garantia, quando houver. Sendo a garantia insuficiente, o valor complementar será cobrado administrativa e/ou judicialmente.

Serão remetidas cópias dos processos administrativos dos fornecedores que sofrerem sanção administrativa passível da inserção no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual pela Controladoria Geral do Estado, nos termos da Lei nº. 2.414/2011.

As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso, incidentes sobre o valor da parcela inadimplida:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA (*)
1	Executar a entrega incompleta, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02	0,4% por dia
2	Recusar-se a executar as determinações feitas pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	04	1,6% por dia
3	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os fornecimentos dos bens adquiridos.	05	3,2% por dia
4	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	05	3,2% por dia
5	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06	4,0% por dia
6	Inexecução total do contrato.	10	10 %
Para os itens a seguir, deixar de:			

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA (*)
7	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01	0,2% por dia
8	Iniciar a entrega nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por item, por ocorrência.	02	0,2% por dia
9	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa;	02	0,4% por dia
10	Cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03	0,8% por dia
11	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência.	03	0,8% por dia
(*) Incide sobre a parte inadimplida.			

As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual.

As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta contratação:

Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos; e

Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação.

DA ESTIMATIVA DO VALOR DA OBRA

O valor total estimado para a execução da obra do Centro de Treinamento das Forças de Segurança Pública “Capitão Sílvia”, no município de Ariquemes/RO, é de **R\$ 5.171.266,36 (cinco milhões, cento e setenta e um mil, duzentos e sessenta e seis reais e trinta e seis centavos)**, sendo discriminado em duas etapas: **1ª Etapa:** R\$ 2.878.060,44 (dois milhões, oitocentos e setenta e oito mil sessenta reais e quarenta e quatro centavos) e **2ª Etapa:** R\$ 2.293.205,92 (dois milhões, duzentos e noventa e três mil duzentos e cinco reais e noventa e dois centavos).

Para a composição dos preços unitários utilizados nas planilhas orçamentárias, adotou-se como referência o **Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI/RO)**, com base na tabela vigente do mês de **março/2025**, conforme anexos deste Projeto Básico. A utilização do SINAPI é justificada pela **ausência de tabela específica** de custos unitários no âmbito do Estado de Rondônia, tanto pela **Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos (SEOSP)** quanto pelo **Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transporte (DER)**.

Conforme o **artigo 54 do Decreto Estadual nº 28.874/2024**, o orçamento de referência para obras e serviços de engenharia deve considerar os custos unitários e o BDI de referência dos materiais, serviços, equipamentos e mão de obra, apurados por boletins da SEOSP e/ou DER. No entanto, diante da inexistência de tais publicações oficiais em Rondônia, aplicou-se, em conformidade com o §1º do referido artigo, fontes oficiais de outros entes da Administração Pública, com prioridade para o SINAPI/CAIXA e, complementarmente, o **Sistema de Custos Referenciais de Obras (SICRO)**, do **Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)**, cujo **Relatório Sintético de Mão de Obra - janeiro de 2025** foi utilizado para melhor precisão na estimativa de custos de pessoal.

Além disso, a adoção do SINAPI atende ao disposto no **artigo 23, § 3º da Lei nº 14.133/2021**, considerando que a obra será financiada com recursos do **Fundo Nacional de Segurança Pública**, vinculado à **Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP)**, que adota o SINAPI como referência oficial para orçamentos de obras de públicas de engenharia.

Para itens específicos destinados à **manutenção e uso da piscina semiolímpica** do Centro de Treinamento, foi necessária a complementação da composição analítica de preços por meio de **cotações diretas em empresas locais de Ariquemes/RO**. Apesar da existência de outras lojas no município, apenas **quatro empresas** apresentaram orçamentos válidos, devido à especificidade dos equipamentos requeridos — que exigem maior capacidade e potência para atender às normas de piscinas de competição.

Adicionalmente, a composição da estimativa de valores contemplou as **taxas municipais previstas na Lei nº 2.120/2017**, relativas ao poder de polícia e à prestação de serviços públicos específicos e divisíveis no âmbito municipal. Considerando a natureza e porte da obra, foi incorporado o custo de encargos administrativos e de fiscalização municipais, com base na **UFAR (Unidade Fiscal de Ariquemes)**, fixada em **R\$ 85,15** para o exercício de 2025, conforme dispõe o **Decreto Municipal nº 21.853/2025**.

Com base no laudo do engenheiro responsável, a obra foi classificada como de **médio porte** e, para fins de composição do orçamento, foram aplicados os seguintes percentuais para o custo com administração local e controle da obra: **4,14% na 1ª Etapa; e 5,19% na 2ª Etapa**.

Tais percentuais encontram-se entre o **primeiro e o segundo quartil** definidos no **Acórdão TCU nº 2622/2013 – Plenário**, que trata dos limites aceitáveis para Benefícios e Despesas Indiretas (BDI), assegurando conformidade com os parâmetros de controle externo e equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

A metodologia adotada para a estimativa de valores garante **transparência, aderência à realidade local, adequação às normativas vigentes e atendimento aos princípios da administração pública**, notadamente os da economicidade, eficiência e legalidade, proporcionando uma estimativa de custos justa, atualizada e compatível com a realidade do mercado.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta licitação, quando ordenada, ocorrerão por conta dos recursos orçamentários do Fundo Estadual de Segurança Pública - FUNESP da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania do Estado de Rondônia de acordo com o plano de ação apresentado a Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP do MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA:

Unidade Gestora: **15.017 – Fundo Estadual de Segurança Pública - FUNESP;**

Programa de trabalho: **06.181.2166.1381 - Realizar obras e melhorias à infraestrutura;**

Natureza de despesa: **4.4.90.51;**

Fontes de recurso: **1.713.0.00001 e 2.713.0.00001.**

DA RESCISÃO CONTRATUAL

O descumprimento de qualquer Cláusula ou de simples condição deste Contrato, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas Cláusulas e Condições, dará direito à CONTRATANTE de rescindi-lo mediante notificação expressa, sem que caiba à CONTRATADA qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente ao fornecimento realizado, desde que estejam de acordo com as prescrições ora pactuadas, assegurada a defesa prévia.

A rescisão contratual será efetuada em conformidade com o artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações pertinentes.

Constituirão motivos para a extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas no art. 137 da Lei Nº 14.133/21, *in verbis*:

[...]

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

[...]

A extinção do contrato ocorrerá em estrita observância ao disposto no Art. 138 da Lei 14.133/21, nos seguintes casos:

Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

A extinção por ato unilateral da Administração e a extinção consensual devem ser antecedidas por autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, devendo ser formalizadas mediante termo no respectivo processo, em estrita observância às disposições do ordenamento jurídico em vigor, conforme estabelecido no §1º do Art. 138 da Lei 14.133/21.

Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, conforme estabelecido no §2º do Art. 138 da Lei 14.133/21, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando-se as regras da **Lei nº 14.133/21** e suas alterações, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a administração pública.

DAS CONDIÇÕES GERAIS

As omissões, dúvidas e casos não previstos no presente Projeto Básico, serão dirimidos aplicando-se as regras contratuais da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a Administração Pública.

A CONTRATANTE prestará todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela contratada a respeito deste Projeto Básico.

As questões decorrentes da execução deste Instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ANEXOS

Projeto de Arquitetura

Anteprojeto/Programa de Necessidades (0047297175)

Estudo Técnico Preliminar ([0059490119](#))

Projeto Arquitetônico - Plantas ([0047296105](#))

Projeto de Acessibilidade

Projeto de Acessibilidade ([0047296114](#))

Projeto de Combate Incêndio e Pânico

Projeto de Comb. Incêndio e Pânico (0047296145)

Certificado de aprovação do Corpo de Bombeiros ([0047296154](#))

Projeto de instalações elétricas de baixa tensão

Projeto Elétrico (0048382898)

Projeto Lógico ([0047296124](#))

Parecer de dispensa de projeto de Alta Tensão (0048383201)

Projeto Estrutural

Projeto Estrutural (0047296127)

Memoriais

Memorial Descritivo 1ª e 2ª etapa ([0059593580](#))

Projeto Hidrossanitário

Projeto Hidrossanitário (0047296117)

Projeto Hidráulico das Piscinas (0047296122)

Orçamento

Planilha Orçamentária Resumida 1ª ETAPA ([0059587306](#))

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO –Fone: (69) 3212-9243.

Planilha Orçamentária Sintético 1ª ETAPA ([0059587818](#))
Cronograma Físico e Financeiro 1ª ETAPA ([0059589033](#))
Planilha Curva S 1ª ETAPA ([0059589156](#))
Planilha Curva ABC 1ª ETAPA ([0059589291](#))
Planilha Orçamentária Analítica 1ª ETAPA ([0059591796](#))
Memória de Cálculo 1ª ETAPA ([0059592053](#))
Planilha Orçamentária Resumida 2ª ETAPA ([0059592231](#))
Planilha Orçamentária Sintética 2ª ETAPA ([0059592354](#))
Planilha Orçamentária Analítica 2ª ETAPA ([0059592473](#))
Cronograma Físico Financeiro 2ª ETAPA ([0059592590](#))
Planilha Curva S 2ª ETAPA ([0059592652](#))
Planilha Curva ABC 2ª ETAPA ([0059592731](#))
Memória de Cálculo 2ª ETAPA ([0059592877](#))
Planilha BDI Normal 1ª e 2ª Etapa ([0059593110](#))
Planilha BDI Diferenciado 1ª e 2ª Etapa ([0059593256](#))
Cotação de preço de materiais e equipamentos 1ª e 2ª ETAPA ([0059593422](#))
Memorial Descritivo 1ª e 2ª ETAPA ([0059593580](#))

Topografia e sondagem

Estudo Topográfico ([0047296098](#));
Relatório de Sondagem (0047296102);
Justificativa Sondagem de Solo ([0059592423](#))
Relatório Fotográfico ([0047296163](#)).

Anotação e Registros de Responsabilidade técnica

Registro de Responsabilidade Técnica - Projeto Arquitetônico ([0056969519](#));
Anotação de Responsabilidade Técnica - Estrutural ([0047296136](#));
Anotação de Responsabilidade Técnica - Projeto Elétrico (0048383052);
Anotação de Responsabilidade Técnica - Memoriais e Orçamento ([0047296210](#))

Outros

Termo de Abertura ([0047298440](#));
Autorização ([0047476968](#));
Portaria Eixo valorização (0047806650);
Certidão de Inteiro Teor ([0059613871](#));
Portaria Designa Comissão para o Estudo Técnico Preliminar ([0052061252](#))
Licença Ambiental Simplificada (0047296155);
Certidão Negativa de Débitos do Imóvel (0048040313);
Adendo Demanda de água e aprovação de projeto (0047296157);
Declaração Capacidade de coleta de resíduos sólidos ([0047296159](#));

Estudo de Análise de Riscos ([0051910755](#));
Declaração - Enquadramento de Serviços Comuns de Engenharia ([0059616120](#));
Relatório de Impacto de Trânsito - Dispensa (RIT) ([0047296165](#));
Estudo de Impacto de vizinhança ([0047297179](#));
Estudo técnico de demanda impacto e custeio ([0047297182](#));
Parecer da SEMUST Mobilidade e Transporte ([0048339213](#));
Nota técnica desbloqueio/ aprovação MJ ([0047633421](#));
Declaração de Adequação Financeira ([0047796692](#)).
Matriz de Risco ([0057770197](#))

Técnico Responsável: Júlio Benigno de Souza Engenheiro Civil - CREA 1600096697 D/PB	Elaboração: Araceli Hapukia Nheifici Peixoto - 1º Ten QOAPM Chefe do Núcleo de Projetos - 7º BPM	Revisão: RUDINEI JOÃO BESSEGATTO POGERE - TC CEL QOPM Comandante do 7º BPM
Aprovação: Jackson Robledo da Silva Gerente Fundo Estadual de Segurança Pública/SESDEC		
Autorização: Felipe Bernardo Vital - Cel BM Secretário de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC/RO Ordenador de Despesas do FUNESP		

ANEXO II

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

(Anexo será disponibilizado no SITE SUPEL e no Portal de Compras)

ANEXO III

CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO

(Anexo será disponibilizado no SITE SUPEL e no Portal de Compras)

ANEXO IV

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações
Comissão de Obras – COOBR
Ref.: **CONCORRÊNCIA Nº 90354/2024/SUPEL/RO**

Apresentamos a V.Sas. nossa proposta para execução dos serviços de, pelo preço global de R\$ _____ (_____), para execução em ____ (____) dias consecutivos.

Declaramos que em nossa proposta estão incluídas todas as despesas, inclusive aquelas relativas a taxas, tributos, encargos sociais, ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais, que possam influir direta ou indiretamente no custo de execução dos serviços, e, ainda, as despesas relativas à mobilização e desmobilização de pessoal, máquinas e equipamentos, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao **SESDEC/RO**.

Na execução dos serviços, observaremos rigorosamente as especificações das normas técnicas brasileiras ou qualquer outra norma que garanta a qualidade igual ou superior, bem como as recomendações e instruções do **SESDEC/RO**, assumindo, desde já, a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, de conformidade com as especificações.

Informamos que o prazo de validade de nossa PROPOSTA DE PREÇOS é de ____ (____) dias corridos, a contar da data de abertura da licitação.

Foram utilizados em nosso orçamento a Taxa de BDI de ...xx,xx% para serviços e BDI de ...xx,xx% para bens e equipamentos e Encargos Sociais de ...xx,xx%. O Regime Tributário a que estamos sujeitos é o de (Lucro Real) ou (Lucro Presumido).

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o Sr. _____, Carteira de Identidade nº. _____ expedida em ____/____/____, Órgão Expedidor _____, e CPF nº _____, como representante desta Empresa.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

FIRMA LICITANTE/CNPJ
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO V

**CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA – GARANTIA DE CUMPRIMENTO DO CONTRATO
(MODELO)**

(Proc.: 0037.002359/2024-80 CONCORRÊNCIA Nº 90354/2024/SUPEL/RO)

Ao

Governo do Estado de Rondônia

Porto Velho – RO

CARTA DE FIANÇA R\$ _____

Pela presente, o Banco _____ com sede a rua _____ da cidade de _____ do Estado de _____ por seus representantes infra-assinados, se declara fiador e principal pagador, com expressa renúncia dos benefícios estatuídos no Artigo 1.491, do Código Civil Brasileiro, da Firma _____ sediada à rua _____ na cidade de _____ do Estado de _____ até o limite de R\$ _____ (_____), para efeito de garantia para a execução do Contrato n.º _____ (descrever o objeto do Contrato).

Este Banco se obriga, obedecendo o limite acima, específico a atender dentro de 24 (vinte e quatro) horas as requisições de qualquer pagamento coberto pela caução, desde que exigidas pelo Governo do Estado de Rondônia. Sem qualquer reclamação ou ainda embargo ou interposição de recursos administrativos ou judicial com respeito ao Governo do Estado de Rondônia.

Obriga-se ainda, este Banco, pelo pagamento de despesas judiciais ou não, na hipótese de qualquer obrigação assumida por nossa afiançada.

Declaramos, outrossim, que só será retratável a fiança na hipótese de a afiançada depositar ou pagar o valor da caução garantida pela Carta de Fiança Bancária ou por nova Carta de Fiança, que seja aceita por esse órgão.

Atestamos que a presente fiança está devidamente contabilizada no Livro n.º _____ ou outro registro usado neste Banco e, por isso é boa, firme e valiosa, satisfazendo, além disso, as determinações do Banco Central do Brasil ou das autoridades monetárias no País de origem.

Os signatários desta estão regularmente autorizados a prestar fiança desta natureza por força do disposto no Artigo _____ dos Estatutos do Banco, publicado no Diário Oficial em _____/_____/_____, tendo sido (eleitos ou designados) pela Assembleia _____ realizada em _____/_____/_____.

A presente fiança vigorará por um prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da Obra pela **SESDEC/RO**.

Porto Velho/RO, _____ de _____ de 2025.

Banco

ANEXO VI

MODELO - SEGURO GARANTIA (Garantia Contratual)

(Verso da APÓLICE)

1. Objeto e Extensão do Seguro

As relações entre Tomador e SEGURADORA regem-se pelo estabelecido na proposta do seguro e condições contratuais desta APÓLICE, cujas disposições não interferem no direito da SEGURADA.

2. Valor da Garantia

O valor garantido pela APÓLICE deverá ser entendido como valor máximo nominal, ficando certo, entretanto, que caso esteja contratualmente previsto e exigido o reajuste monetário da garantia, a importância segurada será reajustada de forma automática, na mesma proporção.

3. Caracterização e Configuração do Sinistro

Confirmado o descumprimento pelo TOMADOR das obrigações cobertas pela presente APÓLICE, a SEGURADA terá direito de exigir da SEGURADORA a indenização devida, quando resultar infrutífera a intimação extrajudicial de pagamento feita ao TOMADOR, não sendo necessária qualquer outra interpelação.

4. Indenização e sub-rogação

Caracterizado o sinistro e paga a indenização, a SEGURADORA sub-rogar-se-á nos direitos e ações da SEGURADA contra o TOMADOR ou terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao pagamento.

5. Isenção de Responsabilidade

A SEGURADORA ficará isenta de responsabilidade em relação a esta APÓLICE, nas seguintes hipóteses:

- a) casos fortuitos ou força maior; e
- b) descumprimento das obrigações do TOMADOR decorrente de atos ou fatos de responsabilidade da SEGURADA.

6. A Seguradora dispensa expressamente qualquer notificação prévia relativa às modificações que a SEGURADA e o TOMADOR venham a introduzir no Contrato n.º, no curso de sua execução, exceto se houver alteração no seu valor total.

7. Pluralidade das Garantias

No caso de existirem duas ou mais garantias, cobrindo cada uma delas de forma parcial o objeto exigido pela SEGURADA, a SEGURADORA responderá proporcionalmente com os demais participantes.

8. Extinção da Garantia

Para extinção da garantia desta APÓLICE, a SEGURADA fica obrigada a efetuar a devolução desse instrumento ou passar declaração de cumprimento integral das obrigações do TOMADOR.

9. FORO

As questões judiciais que se apresentem entre SEGURADORA e SEGURADA, serão resolvidas na jurisdição de domicílio da SEGURADA.

Seguro-Garantia de Cumprimento do Contrato

APÓLICE N.º

A (SEGURADORA), principal pagadora, garante pelo presente instrumento à SEGURADA: (o Estado de, representada pelo, através da, -, instituída pela Portaria, reformulada e regulamentada pela Portaria,), as obrigações do TOMADOR: (Denominação Social, CGC e Endereço), até o valor de R\$..... (.....), permanecendo esta Apólice em vigor até o cumprimento integral das obrigações garantidas.

Fica ainda declarado que esta Apólice é prestada para o seguinte objeto:(descrever o objeto) Garantia de fiel e perfeito cumprimento de todas as obrigações assinadas pela Tomadora no instrumento contratual nº data do de

Data:/...../.....

(SEGURADORA)

ANEXO VII

CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (MODELO).

PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações
Comissão de Obras - COOBR
Ref.: **CONCORRÊNCIA Nº 90354/2024/SUPEL/RO**

CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Prezados Senhores:

Em cumprimento aos ditames editalícios utilizamo-nos da presente para submeter à apreciação de V.Sas. os documentos abaixo discriminados, necessários para a licitação referenciada:

(DESCREVER OS DOCUMENTOS)

Declaramos não possuir em nosso quadro de pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 20, de 1998);

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o Sr. _____, Carteira de Identidade nº. _____ expedida em __/__/____, Órgão Expedidor _____, e CPF nº _____, Fone (____) _____, Fax (____) _____, E-mail _____ como representante desta Empresa.

Atenciosamente,
Local e data

FIRMA LICITANTE/CNPJ
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO VIII

**RELAÇÃO/DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DAS INSTALAÇÕES, DOS
EQUIPAMENTOS/MÁQUINAS E DO PESSOAL TÉCNICO**

(MODELO)

PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações
Comissão de Obras - COOBR
Ref.: CONCORRÊNCIA Nº 90354/2024/SUPEL/RO

**RELAÇÃO/DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DAS INSTALAÇÕES, DOS
EQUIPAMENTOS/MÁQUINAS E DO PESSOAL TÉCNICO.**

A empresa (Nome/CNPJ/endereço) declara para fins de participação na licitação **CONCORRÊNCIA Nº 90354/2024/SUPEL/RO**, que caso seja vencedora do certame, as instalações, os equipamentos/máquinas e o pessoal técnico, abaixo relacionados encontram-se disponíveis para execução dos serviços objeto da presente licitação, bem como, que o Sr.: (**indicar nome, n.º de documento e qualificação profissional**), detentor dos acervos aqui apresentados, faz parte do quadro permanente da empresa e será o responsável técnico pela obra a qual se refere esta proposta e que o mesmo não possui vínculo com o governo do Estado de Rondônia.

INSTALAÇÕES:

QUANT.	DISCRIMINAÇÃO	OBSERVAÇÕES

EQUIPAMENTOS/MÁQUINAS:

QUANT.	DISCRIMINAÇÃO	MARCA/MODELO	ANO DE FAB.	CAP/POT

PESSOAL TÉCNICO

QUANT.	QUALIFICAÇÃO	LOTAÇÃO

Atenciosamente,
Local e data

FIRMA LICITANTE/CNPJ
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

*Obs.: Os quadros acima deverão ser preenchidos com observância à relação mínima fornecida pela **SESDEC/RO**, ou ainda, na ausência desta, de acordo com projeto apresentado pela empresa para execução da obra, em quantidades e qualidades essenciais à garantia do cumprimento das obrigações caso a empresa seja vencedora do certame.*

ANEXO IX

COMPOSIÇÃO DO BDI OBRA E SERVIÇOS (MODELO).

PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações
Comissão de Obras - COOBR
Ref.: CONCORRÊNCIA Nº 90354/2024/SUPEL/RO

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DAS TAXAS DE BONIFICAÇÃO E DESPESAS
INDIRETAS - BDI – OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA**

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	TAXA%
1	Administração Central	
2	Administração da Obra	
3	Instalação e Manutenção do Canteiro	
4	Taxas e Emolumentos	
5	Seguros	
6	Transporte Externo do Pessoal	
7	Transporte do Pessoal de Supervisão	
8	Transporte Interno de Materiais	
9	Mobilização e Desmobilização de Equipamentos	
10	Equipamentos e Ferramentas	
11	Segurança e Medicina do Trabalho	
12	Controle Topográfico	
13	Controle tecnológico	
14	Impostos	
15	Imprevistos	
16	Despesas Financeiras	
	SOMA	
17	Bonificação ou honorários	
	BDI	
	ADOTADO	
Obs. O proponente poderá preencher, conforme seja o seu caso, todos ou partes dos espaços do quadro ou mesmo detalhar partes dos itens		

FIRMA LICITANTE/CNPJ
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL
CPF DO REPRESENTANTE LEGAL:

ANEXO X

COMPOSIÇÃO DO BDI BENS E EQUIPAMENTOS (MODELO).

PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações
Comissão de Obras - COOBR
Ref.: CONCORRÊNCIA Nº 90354/2024/SUPEL/RO

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DAS TAXAS DE BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS
- BDI - AQUISICÃO DE EQUIPAMENTOS ESPECIAIS EM CONJUNTO COM OBRA**

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	TAXA%
1	Administração Central	
2	Administração da Obra	
3	Instalação e Manutenção do Canteiro	
4	Taxas e Emolumentos	
5	Seguros	
6	Transporte Externo do Pessoal	
7	Transporte do Pessoal de Supervisão	
8	Transporte Interno de Materiais	
9	Mobilização e Desmobilização de Equipamentos	
10	Equipamentos e Ferramentas	
11	Segurança e Medicina do Trabalho	
12	Controle Topográfico	
13	Controle tecnológico	
14	Impostos	
15	Imprevistos	
16	Despesas Financeiras	
	SOMA	
17	Bonificação ou honorários	
	BDI	
	ADOTADO	
Obs. O proponente poderá preencher, conforme seja o seu caso, todos ou partes dos espaços do quadro ou mesmo detalhar partes dos itens		

FIRMA LICITANTE/CNPJ
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL
CPF DO REPRESENTANTE LEGAL:

ANEXO XI

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DAS TAXAS DE ENCARGOS SOCIAIS (MODELO)

PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações
Comissão de Obras - COOBR
Ref.: **CONCORRÊNCIA Nº 90354/2024/SUPEL/RO**

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DAS TAXAS DE ENCARGOS SOCIAIS

GRUPO A		
01	INSS	%
02	SESI OU SESC	%
03	SENAI OU SENAC	%
04	INCRA	%
05	SALÁRIO EDUCAÇÃO	%
06	FGTS	%
07	SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO/SAT	%
08	SEBRAE	%
09	SECONCI	%
SUBTOTAL=		%

GRUPO B		
10	FÉRIAS	%
11	ABONO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS	%
12	AUXÍLIO-DOENÇA	%
13	LICENÇA PATERNIDADE	%
14	FALTAS LEGAIS	%
15	ACIDENTES DE TRABALHO	%
16	AVISO PRÉVIO TRABALHADO	%
17	13º SALÁRIO	%
18	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	%
SUBTOTAL=		%

GRUPO C		
19	AVISO PREVIO INDENIZADO	%
20	INDENIZAÇÕES ADICIONAIS	%
21	INDENIZAÇÕES DE FGTS	%
SUBTOTAL=		%

GRUPO D		
22	INCIDENCIA DO GRUPO "A" SOBRE OS ITENS DO GRUPO "B"	%

GRUPO E		
23	INCIDENCIA DO GRUPO "A" SOBRE O ITEN 19 DO GRUPO "C"	%

TOTAL DE ENCARGOS SOCIAIS		%
---------------------------	--	---

FIRMA LICITANTE/CNPJ
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL
CPF DO REPRESENTANTE LEGAL:

ANEXO XII

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC

Núcleo de Engenharia do Fundo Estadual de Segurança Pública - SESDEC-FUNESPNENG

Minuta de Contrato*

MINUTA DE DOCUMENTO

CONTRATANTE: O ESTADO DE RONDÔNIA, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA**, inscrita no CNPJ/MF nº 04.793.055/0001-57, com sede na Rua Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, neste ato representada pelo Secretário de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania, Sr. **FELIPE BERNARDO VITAL**, nos termos da Inciso IV, art. 41 da Lei Complementar N. 965, de 20 de dezembro de 2017.

CONTRATADA: A empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXX, com sede na Rua XXXXXXXXXXXXX, nº XXX, Bairro XXXX, CEP: XXXX, neste ato representado pelo(a) Sr. (a) XXXXXXXXXXXXX, portador(a) do CPF/MF nº XXXXXX, conforme poderes que lhe são outorgados XXXXXX.

Os contratantes celebram, por força do presente instrumento, **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA VISANDO A CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE TREINAMENTO PARA AS FORÇAS DE SEGURANÇA PÚBLICA "CAPITÃO SÍLVIO" NO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES, RONDÔNIA**, o qual se regerá pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto nº 28.874/2024, e demais normas pertinentes, na modalidade XXXXXXXX, do tipo XXXXXXXXXXXX, vinculando-se aos termos do Projeto Básico [0060467738](#), a proposta da Contratada (XXXXXXXXXX) e ao Processo Administrativo Eletrônico nº [0037.002359/2024-80](#), mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO/VINCULAÇÃO

Do objeto: Contratação de empresa especializada em Obras e Serviços de Engenharia visando a construção de um Centro de Treinamento para as Forças de Segurança Pública "Capitão Sílvio" no município de Ariquemes, Rondônia. A contratação inclui o fornecimento de materiais, mão de obra, ferramentas e todos os equipamentos necessários para a execução adequada e completa dos serviços, em conformidade com o Projeto Básico [0060467738](#).

Da vinculação: Integram este contrato, independentemente de transcrição, o Projeto Básico [0060467738](#), os termos do Parecer nº XXXXX, o disposto na proposta da Contratada XXXXXX e demais elementos que sirvam à exata definição do objeto descrito na cláusula primeira.

A Matriz de alocação de Riscos ([0057770197](#)) pactuada e aceita pelas partes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA ESPECIFICAÇÃO

Trata-se da implantação de um Centro de Treinamento Institucional que será construído no terreno pertencente ao Estado de Rondônia em área desmembrada do terreno onde está instalado o 7º Batalhão de Polícia Militar, localizado à Rua Rio Negro, S/N – Bairro Setor das Grandes Áreas, CEP 76.876-686, cidade de Ariquemes/RO;

A área de construção total do Centro de Treinamento é de 346,73 m², conforme Projeto Arquitetônico ([0047296105](#)), em local definido em estudos preliminares e anteprojetos.

Dados do Imóvel: O terreno é localizado no Lote 04, Quadra 05, do loteamento denominado Grandes Áreas, situado na cidade de Ariquemes-RO, com área de 7.402,99 m², com os limites e confrontações seguintes: FRENTE: Rua Rio Negro, com 108,45 metros; FUNDOS: Lote 03, com 108,79 metros;

LATERAL DIREITA: Lote 02, com 68,97 metros; LATERAL ESQUERDA: Lote 06 e 06/A, com 37,34+30,00 metros. O imóvel situa-se aproximadamente, 91,50 metros da esquina da Rua Negro com a Travessa Marte. Inscrição Cadastral 040.0005.00.0004.01, conforme Certidão de Inteiro Teor ([0059613871](#)).

Coordenadas Geográficas: 9°55'23"S 63°02'11"W

Proprietário do Imóvel: Município de Ariquemes - RO

CLÁUSULA terceira - DO LOCAL DA OBRA

LOCALIZAÇÃO DA OBRA: Município de Ariquemes/Rondônia.

Endereço: Rua Rio Negro, S/N – Grandes Áreas, CEP 76876-686.



Figura 01 - Vista aérea do local de implantação da obra no terreno. Fonte: Google Maps

CLÁUSULA QUARTA - DOS SERVIÇOS

Os serviços do contrato constam no item 7 do Projeto Básico [0060467738](#).

CLÁUSULA quinta - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O regime de execução contratual consta no item 16 do Projeto Básico [0060467738](#)

CLÁUSULA SEXTA - DO ENQUADRAMENTO DO OBJETO A SER CONTRATADO

O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria OBRA que trata o Art. artigo 6º, incisos XII e XXI da Lei 14.133/2021, por envolver a realização de serviços de Engenharia.

CLÁUSULA sétima - Do valor

O valor total desta contratação é de **R\$ XXXXXXXXXX**, correspondente a proposta da Contratada (XXXXXX), e à Declaração de Adequação Financeira (XXXXXX), a servir de lastro, para efetuar o pagamento dos serviços referidos na cláusula primeira, tudo depois de recebido e aprovado pela Contratante.

CLÁUSULA oitava - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

A vigência do contrato será de **720 (setecentos e vinte) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço pela Contratada, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, desde que solicitado com antecedência mínima de 15 (quinze) dias do seu término;

Após a assinatura do contrato e recebimento da Ordem de Serviços da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania de Rondônia-SESDEC/RO, a empresa vencedora terá até 10 (dez) dias corridos para mobilização e início das obras;

Antes de findar o prazo fixado para a execução do contrato e, desde que formalizado, a empresa poderá solicitar que seja prorrogado. Ocorrendo esta hipótese, a Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania de Rondônia - SESDEC/RO examinará as razões expostas e decidirá pela prorrogação do prazo e/ou aplicação das penalidades previstas na legislação;

A empresa terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos para comunicar formalmente à contratante o término dos serviços.

CLÁUSULA nona - DO prazo de INICIO E execução DA OBRA

Os prazos para início e execução da obra **constam no item 16.1 e 16.2 do Projeto Básico [0060467738](#)**

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA CONTRATUAL

As garantias do contrato **constam no item 19 do Projeto Básico [0060467738](#)**.

CLÁUSULA DÉCIMA Primeira - DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

As garantias do serviço **constam no item 31 do Projeto Básico [0060467738](#)**.

CLÁUSULA DÉCIMA segunda - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

O processo de recebimento **consta no item 24 do Projeto Básico [0060467738](#)**.

CLÁUSULA décima terceira - DA SUBCONTRATAÇÃO

As condições para subcontratação do serviço **constam no item 22 do Projeto Básico [0060467738](#)**.

CLÁUSULA DÉCIMA quarta - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do objeto deste contrato correrão à conta do seguinte crédito orçamentário, conforme Declaração de Adequação Financeira (XXXXXX), estão inseridos no orçamento através da seguinte programação:

Programa de atividade: XXXXXXXXXX

Elemento de despesa: XXXXXXXXXX

Fonte: XXXXXXXXX

CLÁUSULA DÉCIMA Quinta - DO PAGAMENTO

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO –Fone: (69) 3212-9243.

O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se **definidos no item 26 do Projeto Básico (0059699360)**.

CLÁUSULA DÉCIMA sexta - DAS OBRIGAÇÕES/Deveres

As Obrigações da Contratada e da Contratante estão previstas no **item 21 do Projeto Básico 0060467738**.

CLÁUSULA DÉCIMA sétima - das SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As infrações e sanções administrativas **constam no item 35 do Projeto Básico 0060467738**.

CLÁUSULA DÉCIMA oitava - do controle e FISCALIZAÇÃO da execução

O controle e a fiscalização contratual **constam no item 23 do Projeto Básico 0060467738**.

CLÁUSULA DÉCIMA nona - DO REAJUSTE DO CONTRATO

O reajuste do contrato deve seguir as normas **dispostas no item 27 do Projeto Básico 0060467738 e disposições do Decreto nº 28.874/2024**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

As hipóteses e ressarcimentos referente à rescisão contratual **constam no item 38 do Projeto Básico 0060467738**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA primeira - das MEDIÇÕES

As medições **constam no item 25 do Projeto Básico 0060467738**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA segunda - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os modelos de gestão do contrato e critérios de medição **constam no item 18 do Projeto Básico 0060467738**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA terceira - DOS MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

Os materiais a serem disponibilizados **constam no item 20 do Projeto Básico 0060467738**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA quarta - DA VISITA TÉCNICA

A visita técnica deve seguir as normas **dispostas no item 11 do Projeto Básico 0060467738**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA quinta - DOS CRITÉRIOS DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

No que tange à sustentabilidade ambiental a Contratada é responsável, perante a legislação ambiental aplicável, por todas as obras e instalações de apoio e serviços que estiver realizando/mantendo, bem como pelas consequências legais das omissões ou das ações empreendidas pelos seus empregados e prepostos, em conformidade com as especificações, normas e planos básicos ambientais.

São obrigações da Contratada, além daquelas exigidas em Lei 14.133/21:

Art. 45. As licitações de obras e serviços de engenharia devem respeitar, especialmente, as normas relativas a:

I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;

II - mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

III - utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais;

IV - avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística;

V - proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas;

VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

CLÁUSULA VIGÉSIMA sexta - DA COMPOSIÇÃO DO BDI

A Composição do BDI consta no item 34 do Projeto Básico [0060467738](#).

CLÁUSULA VIGÉSIMA sétima - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, para dirimir quaisquer dúvidas referentes à Licitação e procedimentos dela resultantes, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA oitava - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas e estabelecidas na Lei nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 28.874/24 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA nona - DAS CONDIÇÕES GERAIS

As omissões, dúvidas e casos não previstos no presente projeto serão dirimidos aplicando-se as regras da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a Administração Pública.

CLÁUSULA Trigesima - DA PUBLICAÇÃO

Após as assinaturas deste instrumento, a Procuradoria Geral do Estado providenciará a publicação de seu resumo no Diário Oficial do Estado sem prejuízo de outras publicações que a Contratante tenha como necessárias.

CLÁUSULA Trigesima primeira - DAS ASSINATURAS, DATA DA CELEBRAÇÃO E VISTO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Considerando que esta avença é celebrada no bojo de processo virtual que tramita no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a data de celebração será correspondente a da aposição da assinatura eletrônica mais recente de qualquer das partes qualificadas no preâmbulo;

Este instrumento jurídico foi elaborado na forma do art. 23, I, da LCE 620/2011, segundo as informações e documentos constantes dos autos do processo identificado neste instrumento;

Para firmeza e como prova do acordado, este Contrato, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado eletronicamente pelas partes.

ANEXO XIII

**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE CONTRATAÇÃO DE PESSOAS PRESAS
OU EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL**

Ref.: xxxxxxxxxxxx/ano

A empresa _____ (NOME), com sede na _____ (endereço da
licitante, inclusive com CEP), registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério
da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº ____ (número do CNPJ), declara que caso logre êxito na
licitação nº ____ (número da licitação), contratará, em cada contrato firmado, o percentual de
pessoas privadas de liberdade, no regime semiaberto, e egressas do sistema prisional para o
cumprimento dos objetos pactuados, nos percentuais dispostos no parágrafo único do art. 1º da Lei
Estadual 2.134/2009.

O atendimento aos percentuais previstos está condicionado à disponibilidade de pessoas
privadas de liberdade, em regime semiaberto, ou egressas aptas à execução do trabalho, conforme
disponibilização expressa da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS. Segue anexa a declaração
emitida (s) pelo órgão responsável pela execução penal no estado de Rondônia.

_____ (Local), _____ de _____ de _____.

Representante legal

Nome:

RG:

CPF:

ANEXO XIV

**DECLARAÇÃO DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE, EM REGIME SEMIABERTO
OU EGRESSAS APTAS AO TRABALHO**

Ref.: xxxxxxxxxxxx/ano

Objeto: _____

O (a) _____, órgão responsável pela
intermediação da mão de obra do sistema prisional do estado de _____, em
atenção ao Decreto XXXXXXXX, declara que dispõe de pessoas privadas de liberdade,
em regime semiaberto ou egressas do sistema prisional aptas à execução dos seguintes
serviços:

Serviço (s): _____ (Objeto da Licitação):

Ordem	Nome Completo	CPF	Profissão/Qualificação	Previsão de Término da Pena
1				____/____/____
2				____/____/____
3				____/____/____
...				

ANEXO XV

MATRIZ DE RISCO

(Anexo será disponibilizado no SITE SUPEL e no Portal de Compras)